

TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS DO UNIVERSO DO
CENSO DEMOGRÁFICO 2000

volume 25

MATO GROSSO DO SUL

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Guilherme Gomes Dias

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Sérgio Besserman Vianna

Diretor Executivo
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Maria Martha Malard Mayer

Diretoria de Geociências
Guido Gelli

Diretoria de Informática
Paulo Roberto Ribeiro da Cunha

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Kaizô Iwakami Beltrão

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Departamento de População e Indicadores Sociais
Luiz Antonio Pinto de Oliveira

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Departamento de População e Indicadores Sociais

Estudos e Pesquisas
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 10

Tendências demográficas

**Uma análise dos resultados do universo do
Censo Demográfico 2000**

volume 25

Mato Grosso do Sul

Rio de Janeiro
2002

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

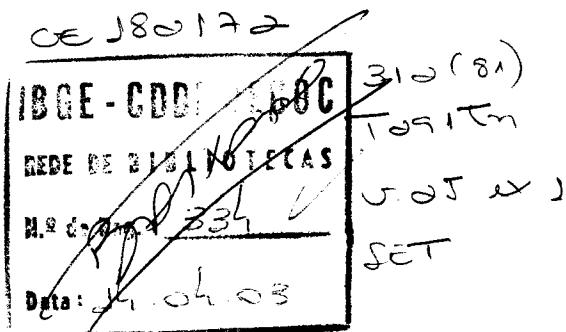
ISSN 1516-3296 Estudos e pesquisas

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas de autoria institucional.

A série **Estudos e pesquisas** está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informação.

ISBN 85-240-2530-1

© IBGE. 2002



Capa

Renato J. Aguiar - Gerência de Criação/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Tendências demográficas : uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2000 / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2002.

28v. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 10)

Conteúdo: v.1 Brasil - v.2. Rondônia - v.3. Acre. v.4. Amazonas - v.5. Roraima - v.6. Pará - v.7. Amapá - v.8. Tocantins - v.9. Maranhão - v.10. Piauí - v.11. Ceará - v.12. Rio Grande do Norte - v.13. Paraíba - v.14. Pernambuco - v.15. Alagoas - v.16. Sergipe - v.17. Bahia - v.18. Minas Gerais - v.19. Espírito Santo - v.20. Rio de Janeiro - v.21. São Paulo - v.22. Paraná - v.23. Santa Catarina - v.24. Rio Grande do Sul - v.25. Mato Grosso do Sul - v.26. Mato Grosso - v.27. Goiás - v.28. Distrito Federal.

ISBN 85-240-2529-8 (obra completa)

1. Brasil - População - Estatística. 2. Brasil - Censo demográfico, 2000. 3. Brasil - Condições sociais - Estatística. 4. Brasil - Condições econômicas - Estatística. I. IBGE. Departamento de População e Indicadores sociais. II. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

CDU 312(81)

RJ/2002-20

EST

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Apresentação	9
Introdução	11
Tendências demográficas	
Evolução da população do Mato Grosso do Sul	
População total do Estado	13
População dos municípios	14
Urbanização	15
Capital e interior	16
Crescimento dos municípios em função do tamanho da população	16
Evolução da estrutura etária	
Composição por sexo e idade	18
Envelhecimento populacional	26
Evolução da alfabetização	
Taxas de alfabetização e analfabetismo	29
Contingente de analfabetos e crescimento	31
Alfabetização e analfabetismo por classes de tamanho da população dos municípios	31
Responsáveis pelos domicílios	32

Características dos domicílios	37
Domicílios particulares permanentes e crescimento	37
Número médio de moradores	38
Tipo do domicílio	38
Condição de ocupação	39
Abastecimento de água	39
Domicílios com existência de banheiro e esgotamento sanitário	40
Destino do lixo	41
Características domiciliares em função do tamanho da população dos municípios	42
Adequabilidade domiciliar	43
Características domiciliares no espaço geográfico	44
Referências bibliográficas	45
Anexo	
Conceitos e definições	47
Lista de gráficos	
1 - População residente - Mato Grosso do Sul - 1980/2000	13
2 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, por situação do domicílio - Mato Grosso do Sul - 1980/2000	14
3 - Municípios mais populosos - Mato Grosso do Sul - 2000 ...	14
4 - Proporção da população residente, por situação do domicílio - Mato Grosso do Sul - 1980/2000	15
5 - Proporção da população residente urbana, em áreas selecionadas - Mato Grosso do Sul - 1980/2000	15
6 - Proporção da população residente urbana, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Mato Grosso do Sul - 2000	15
7 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, para a capital e o interior, em áreas selecionadas - Mato Grosso do Sul - período 1991/2000 ..	16
8 - Participação relativa da população residente, para a capital e o interior, em áreas selecionadas - Mato Grosso do Sul - 2000 ...	16
9 - Proporção de municípios e da população residente, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Mato Grosso do Sul - 2000	17

10 - Proporção do número de municípios, segundo as classes de taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, em áreas selecionadas	
Mato Grosso do Sul - período 1991/2000	17
11 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Mato Grosso do Sul - período 1991/2000	18
12 - Razões de sexo - Mato Grosso do Sul - 1980/2000	18
13 - Razões de sexo, por situação do domicílio	
Mato Grosso do Sul - 1980/2000	19
14 - Razões de sexo, por grupos de idade	
Mato Grosso do Sul - 1980/2000	19
15 - Proporção de crianças de 0 a 14 anos de idade - Mato Grosso do Sul - 1980/2000	20
16 - Proporção de adultos de 15 a 64 anos de idade - Mato Grosso do Sul - 1980/2000	20
17 - Proporção de idosos de 65 anos ou mais de idade - Mato Grosso do Sul - 1980/2000	21
18 - Proporção da população residente, por grupos de idade, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Mato Grosso do Sul - 2000	21
19 - Proporção da população residente, por grupos de idade, em áreas selecionadas - Mato Grosso do Sul - 2000 ..	21
20 - Composição, por sexo e idade individual -	
Mato Grosso do Sul - 1980/2000	22
21 - Idade mediana da população residente, por sexo -	
Mato Grosso do Sul - 1980/2000	23
22 - Idade mediana da população residente, em áreas selecionadas - Mato Grosso do Sul - 1980/2000	23
23 - Razão de dependência da população residente -	
Mato Grosso do Sul - 1980/2000	24
24 - Razão de dependência da população residente, por situação do domicílio - Mato Grosso do Sul - 1980/2000 ..	24
25 - Razão de dependência da população residente, por classes de tamanho da população dos municípios -	
Mato Grosso do Sul - 2000	25
26 - Razão de dependência da população residente, das crianças e dos idosos, em áreas selecionadas - Mato Grosso do Sul - 2000	25

27 - Razão de dependência das crianças e dos idosos - Mato Grosso do Sul - 1980/2000 26
28 - Razão de dependência das crianças e dos idosos, por classes de tamanho da população dos municípios Mato Grosso do Sul - 2000 26
29 - Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade - Mato Grosso do Sul - 1980/2000 27
30 - Índice de envelhecimento - Mato Grosso do Sul - 1980/2000 27
31 - Índice de envelhecimento, por classes de tamanho da população dos municípios - Mato Grosso do Sul - 2000 28
32 - Índice de envelhecimento, em áreas selecionadas - Mato Grosso do Sul - 2000 28
33 - Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade alfabetizadas e analfabetas - Mato Grosso do Sul - 1980/2000 29
34 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, em áreas selecionadas, por situação do domicílio - Mato Grosso do Sul - 2000 29
35 - Taxas de alfabetização e analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade - Mato Grosso do Sul - 1980/2000 30
36 - Taxas de alfabetização e analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Mato Grosso do Sul - 2000 31
37 - Taxas de alfabetização e analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, em áreas selecionadas - Mato Grosso do Sul - 2000 31
38 - Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por sexo - Mato Grosso do Sul - 1980/2000 32
39 - Proporção de mulheres de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, em áreas selecionadas - Mato Grosso do Sul - 1980/2000 . 32
40 - Proporção de mulheres de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, em áreas selecionadas, por situação do domicílio - Mato Grosso do Sul - 2000 33
41 - Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por grupos de idade - Mato Grosso do Sul - 1991/2000 33

42 - Taxa média geométrica de crescimento anual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por grupos de idade Mato Grosso do Sul - período 1991/2000	34
43 - Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por anos de estudo - Mato Grosso do Sul - 1991/2000	34
44 - Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, em áreas selecionadas, por anos de estudo - Mato Grosso do Sul - 2000	35
45 - Valor do rendimento real médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio - Mato Grosso do Sul - 1991/2000	35
46 - Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, em áreas selecionadas, por situação do domicílio - Mato Grosso do Sul - 2000	36
47 - Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por classes de tamanho da população dos municípios Mato Grosso do Sul - 2000	36
48 - Domicílios particulares permanentes - Mato Grosso do Sul - 1980/2000	37
49 - Taxa média geométrica de crescimento anual dos domicílios particulares permanentes e da população residente - Mato Grosso do Sul - 1980/2000	37
50 - Número médio de moradores em domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio Mato Grosso do Sul - 1980/2000	38
51 - Proporção de domicílios particulares permanentes, por tipo do domicílio - Mato Grosso do Sul - 1991/2000 ...	38
52 - Número médio de moradores em domicílios particulares permanentes, por tipo do domicílio - Mato Grosso do Sul 1991/2000	39
53 - Proporção de domicílios particulares permanentes, segundo a condição do domicílio - Mato Grosso do Sul - 1980/2000	39

54 - Proporção de domicílios particulares permanentes, segundo a forma de abastecimento de água - Mato Grosso do Sul - 1991/2000	40
55 - Proporção de domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo a forma de abastecimento de água - Mato Grosso do Sul - 2000	40
56 - Proporção de domicílios particulares permanentes com existência de banheiro e tipo de esgotamento sanitário - Mato Grosso do Sul - 1991/2000	41
57 - Proporção de domicílios particulares permanentes com existência de banheiro e tipo de esgotamento sanitário, por situação do domicílio - Mato Grosso do Sul - 2000	41
58 - Proporção de domicílios particulares permanentes, por destino do lixo - Mato Grosso do Sul - 1991/2000	42
59 - Proporção de domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo destino do lixo - Mato Grosso do Sul - 2000	42
60 - Proporção de domicílios particulares permanentes com saneamento básico, por classes de tamanho da população dos municípios - Mato Grosso do Sul - 2000	43
61 - Proporção de municípios e da população residente, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Mato Grosso do Sul - 2000	43
62 - Proporção de domicílios particulares permanentes, atendidos por rede geral de abastecimento de água, existência de banheiro ou sanitário, com rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica e lixo coletado, em áreas selecionadas - Mato Grosso do Sul - 1991/2000	44
63 - Proporção de domicílios particulares permanentes, segundo algumas características, em áreas selecionadas Mato Grosso do Sul - 2000	44

Apresentação

A Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com a presente publicação, coloca à disposição da sociedade um panorama das informações investigadas no questionário básico do Censo Demográfico 2000.

As informações apresentadas através de tabelas, indicadores e análises permitem conhecer a evolução da população brasileira, a urbanização, a estrutura por sexo e idade, o envelhecimento da população, a alfabetização, as características do responsável pelo domicílio e a estrutura e composição domiciliar para diversos níveis geográficos, Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas.

Maria Martha Malard Mayer
Diretora de Pesquisas

Introdução

Anecessidade de uma avaliação da evolução demográfica logo após a liberação dos resultados dos Censos Demográficos sempre foi objeto de interesse do público em geral. A publicação *Tendências Demográficas* tem como finalidade colocar à disposição da sociedade um panorama das diversas variáveis investigadas nos censos e, juntamente com uma série de dados dos censos anteriores, fazer um retrospecto do seu comportamento demográfico no Brasil. A primeira publicação lançada com esse perfil foi *Situação demográfica, social e econômica: primeiras considerações*, elaborada para os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal e que apresentava uma análise retrospectiva dos resultados dos Censos de 1960 a 1991. A análise compreendia os seguintes tópicos: evolução da população, urbanização, estrutura por sexo e idade, e envelhecimento da população. Para a última década, foram enfocadas, também, a participação do estado no contexto do País, crescimento demográfico, alfabetização, estrutura e composição domiciliar e rendimento médio do responsável pelo domicílio. A segunda, já com o nome de *Tendências demográficas: uma análise a partir dos resultados do censo demográfico de 1991*, lançada para o conjunto do País, apresentava um coleção de dados e indicadores que sintetizavam as informações da pesquisa do universo do Censo Demográfico 1991, efetuando-se uma análise retrospectiva sobre a evolução da população, taxas de fecundidade e mortalidade, crescimento das áreas urbanas e rurais, concentração populacional, composição da população por sexo e idade e seu envelhecimento nos últimos 50 anos, com base nos resultados dos Censos de 1940 até 1991. A terceira publicação, *Tendências demográficas: uma análise dos Censos Demográficos e da Contagem da População 1996*, fornecia uma análise retrospectiva sobre

a evolução da população e a estrutura por sexo e idade, com base na pesquisa do universo do Censo Demográfico 1991, e os demais temas do Boletim da Amostra, como, nupcialidade, migrações internas, raça ou cor, religião, deficiência física ou mental, escolaridade, família, domicílio e características econômicas, fazendo-se, então, um cotejamento com os resultados da Contagem da População realizada em 1996. Com os primeiros resultados do Censo Demográfico 2000, foi elaborada a quarta publicação, *Tendências demográficas: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000*, que reunia um conjunto de dados e indicadores sobre a evolução da população, urbanização, taxa de crescimento, concentração populacional, razão de sexo, número de domicílios particulares e médias de moradores, incorporando, também, resultados comparativos dos últimos censos.

A edição que está sendo divulgada *Tendências demográficas: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2000* abordará as informações provenientes da pesquisa do universo do Censo Demográfico 2000 e dos últimos censos brasileiros para o conjunto do País e para os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. O objetivo pretendido é o de atualizar a série de nossas principais informações demográficas, para o Brasil e Unidades da Federação, elaborando tabelas, indicadores e análises que buscam retratar as condições específicas da evolução demográfica em nosso território.

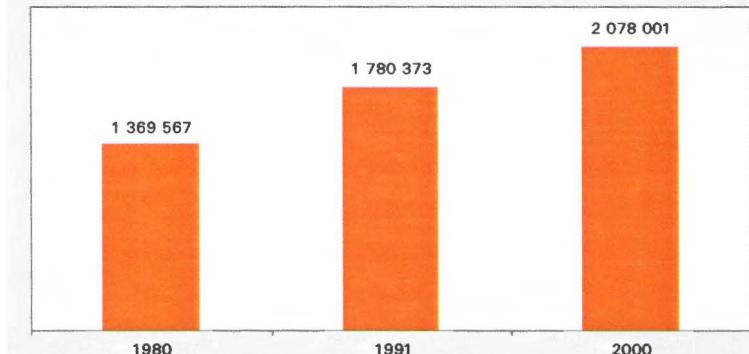
Tendências demográficas

Evolução da população do Mato Grosso do Sul

População total do estado

A série dos censos de 1980 até 2000, que cobre um período de 20 anos, mostrou que a população vem experimentando sucessivos aumentos em seu contingente, tendo crescido quase uma vez e meia. A maior aceleração de aumento da população do estado ocorreu durante a década de 1980. O período seguinte, 1991-2000, apresentou uma desaceleração do crescimento, atingindo um incremento de 297 mil pessoas (16,72%), no período de 1991-2000. O volume de crescimento populacional do estado, no período de 1991-2000, representou 13,47% do volume da região.

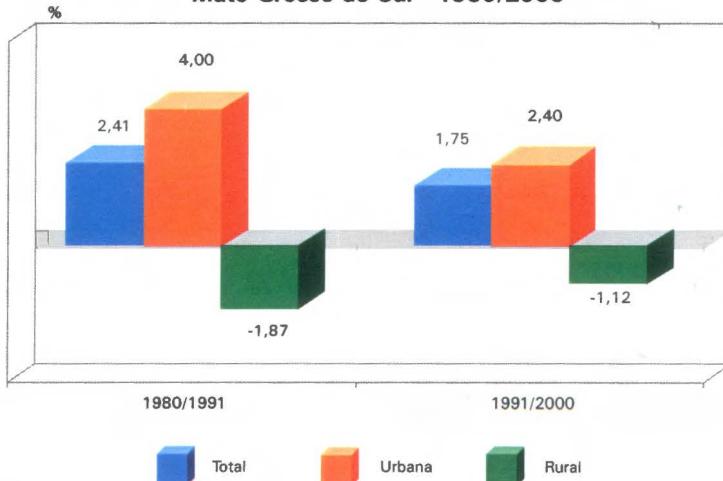
**Gráfico 1 - População residente
Mato Grosso do Sul - 1980/2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

No período de 1991-2000, a taxa média geométrica de crescimento anual, 1,75%, declinou, o que acompanha a redução da taxa de crescimento da população brasileira, e tem como explicação a continuidade do declínio da fecundidade durante os anos de 1990. O ritmo de crescimento do estado, no último período intercensitário, 1991-2000, ficou abaixo da Região Centro-Oeste, 2,39%.

**Gráfico 2 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, por situação do domicílio
Mato Grosso do Sul - 1980/2000**



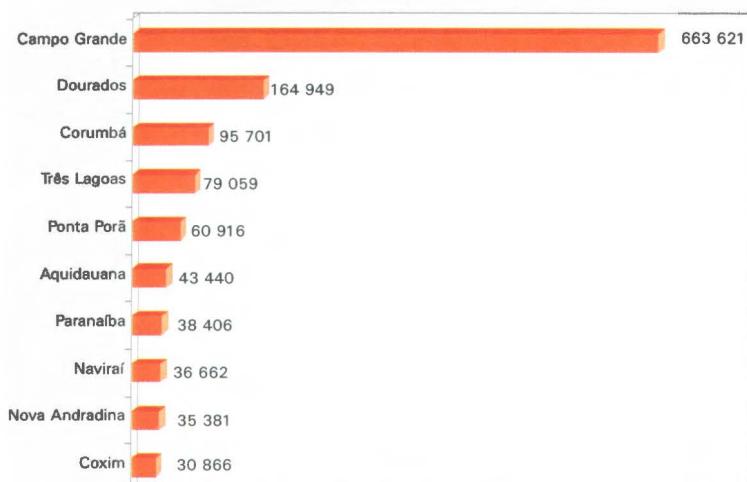
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

A participação relativa da população do estado no total do País revelada pelo Censo Demográfico 2000 foi de 1,22% e de 17,86% em relação ao total da região.

População dos municípios

Os municípios mais populosos do estado, em 2000, concentravam em conjunto 60,11% da população total do estado e a participação da capital dentre os dez mais populosos correspondia a 53,13%.

Gráfico 3 - Municípios mais populosos - Mato Grosso do Sul - 2000

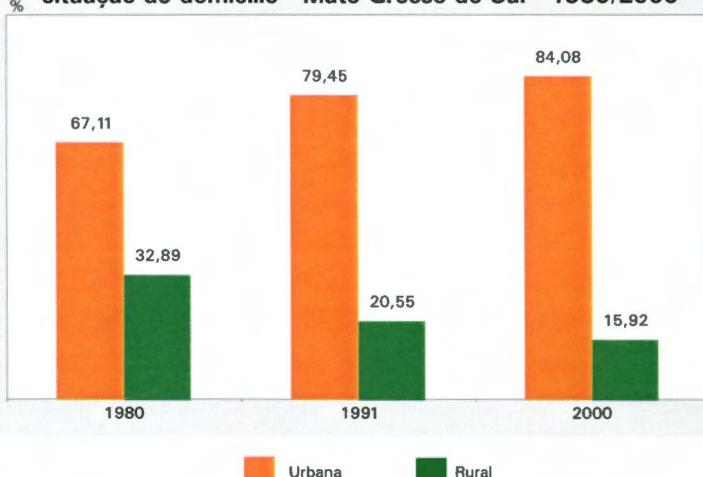


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Urbanização

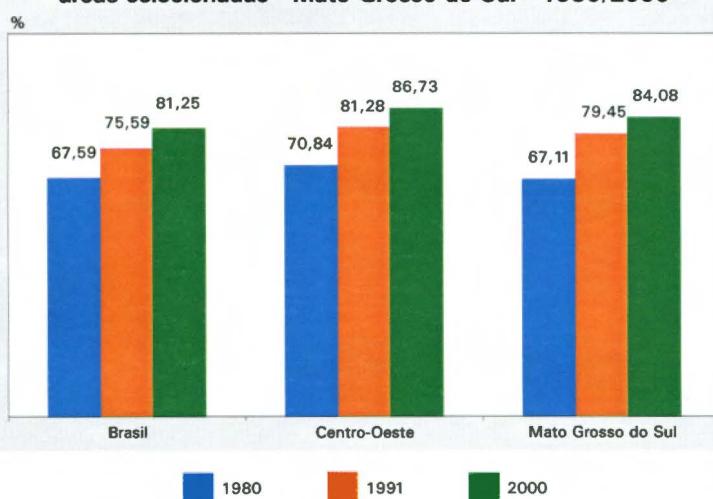
O Censo Demográfico 2000 revelou a continuidade do processo de urbanização no estado. O acréscimo de 332 mil habitantes urbanos resultou no aumento do grau de urbanização, que passou de 79,45%, em 1991, para 84,08%, em 2000. Esse incremento foi basicamente em consequência de três fatores: do próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas, da migração com destino urbano, sobretudo dentro do próprio estado e, em pequena escala, da incorporação de áreas que em censos anteriores eram consideradas rurais.

Gráfico 4 - Proporção da população residente, por situação do domicílio - Mato Grosso do Sul - 1980/2000



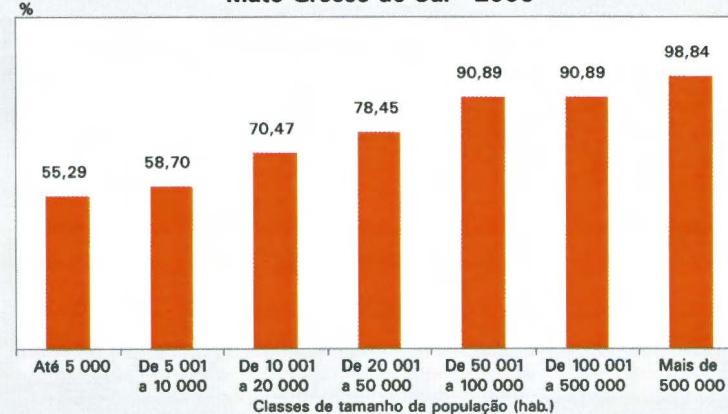
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

Gráfico 5 - Proporção da população residente urbana, em áreas selecionadas - Mato Grosso do Sul - 1980/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

Gráfico 6 - Proporção da população residente urbana, segundo as classes de tamanho da população dos municípios Mato Grosso do Sul - 2000

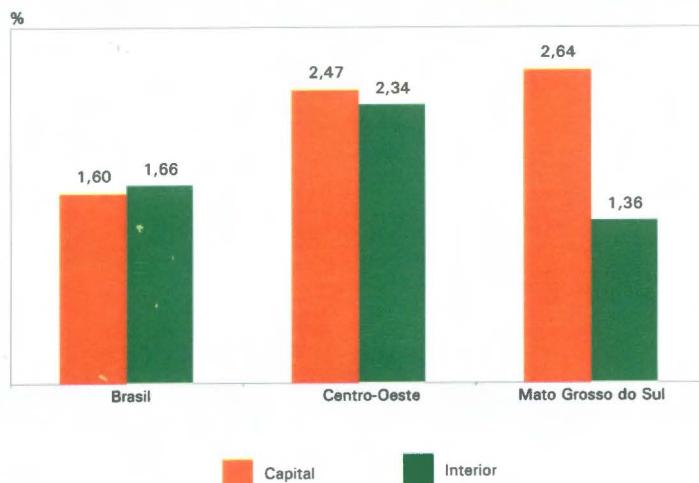


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Capital e interior

No último período intercensitário, 1991-2000, a população residente na capital cresceu mais do que a população do interior do estado. Considerou-se como interior o conjunto de municípios que não possuem o status de capital.

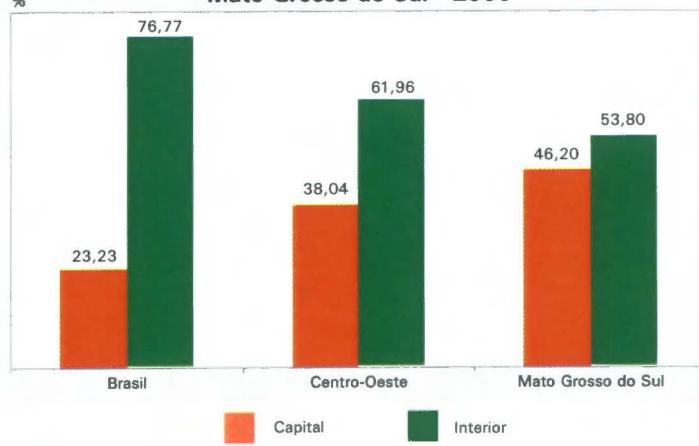
Gráfico 7 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, para a capital e o interior, em áreas selecionadas - Mato Grosso do Sul - período 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

A participação relativa do interior, em 1991, correspondia a 70,45% e diminuiu para 53,80%, em 2000.

**Gráfico 8 - Participação relativa da população residente, para a capital e o interior, em áreas selecionadas
Mato Grosso do Sul - 2000**

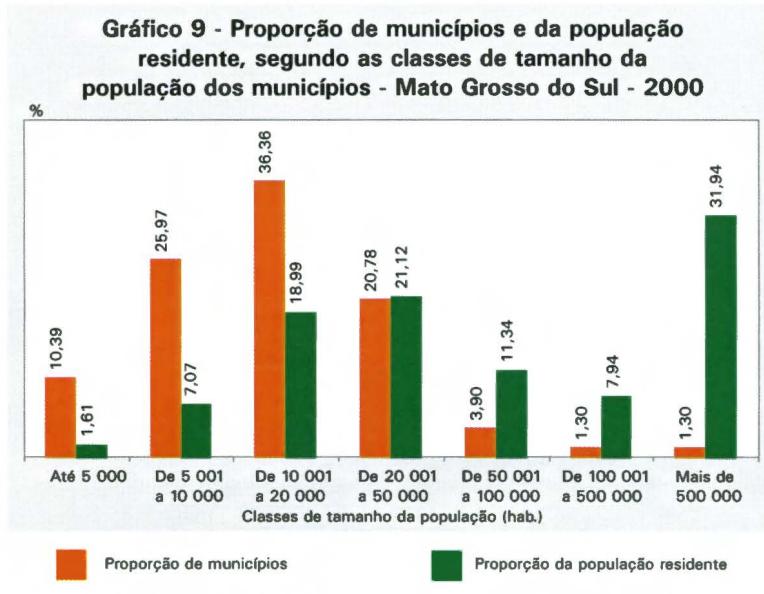


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Crescimento dos municípios em função do tamanho da população

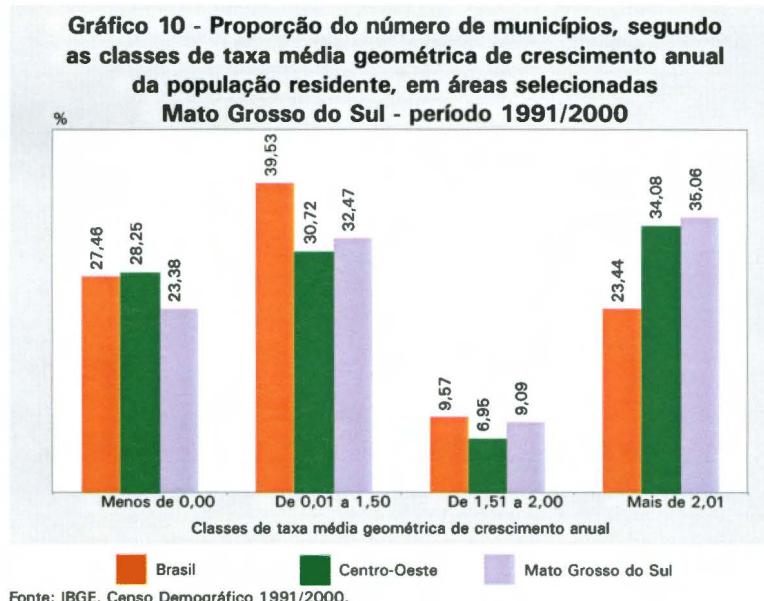
A variação populacional municipal tem nos Municípios de Campo Grande, com 663 mil habitantes, e de Taquarussu com quase 3,5 mil habitantes os seus extremos, portanto, os 77 municípios do estado, para efeito dessa análi-

se, serão classificados segundo algumas classes de tamanho e comparados com a taxa média geométrica de crescimento anual do período de 1991-2000, onde a população municipal do Censo Demográfico 1991 foi compatibilizada, segundo a malha territorial vigente à época do Censo Demográfico 2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

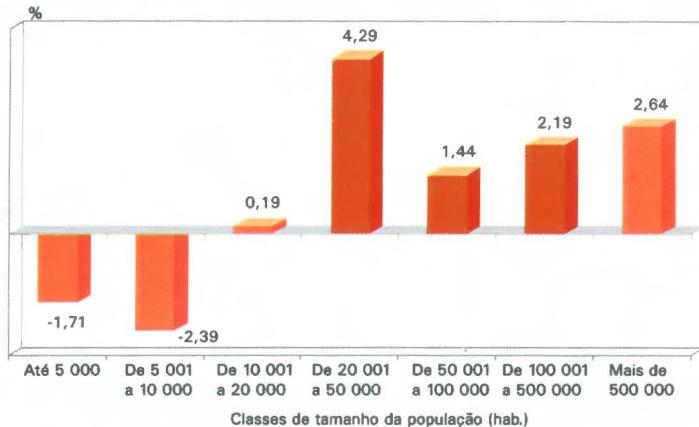
A proporção do número de municípios, segundo o ritmo de crescimento no período de 1991-2000, revelou que a maior concentração de municípios (35,06%) estavam acima de 2,01% ao ano, a segunda maior proporção (32,47%) apresentou crescimento de 0,01 a 1,50%.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Observou-se que os municípios a partir de 10 mil habitantes passam a assumir valores positivos em suas taxas de crescimento, destacando-se aqueles municípios de 20 a 50 mil habitantes apresentaram o maior ritmo de crescimento populacional.

Gráfico 11 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Mato Grosso do Sul - período 1991/2000

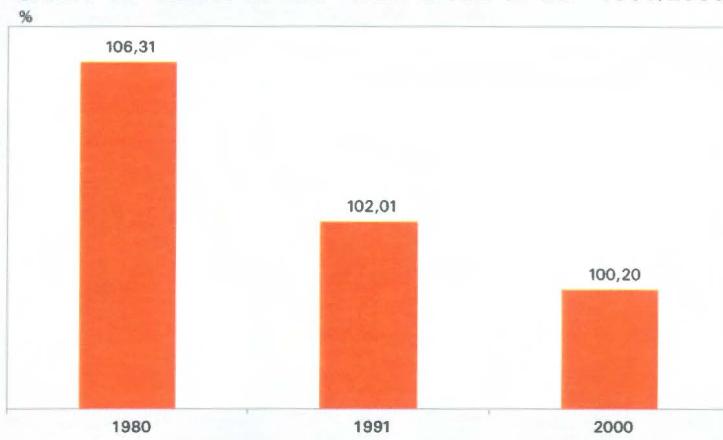


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Evolução da estrutura etária Composição por sexo e idade

No Censo Demográfico 2000, existia um equilíbrio entre homens e mulheres no estado, atingindo uma razão de sexo¹ de 100,20%. Com este resultado o estado possui um comportamento diferente da tendência histórica de predominância feminina na composição por sexo da população do Brasil. Nas áreas urbanas, registrou-se um número médio de 97,16 homens para cada 100 mulheres e, no contexto rural do estado, esta relação se inverte ao ser revelada a existência de 117,92 homens para cada grupo de 100 mulheres.

Gráfico 12 - Razões de sexo - Mato Grosso do Sul - 1980/2000



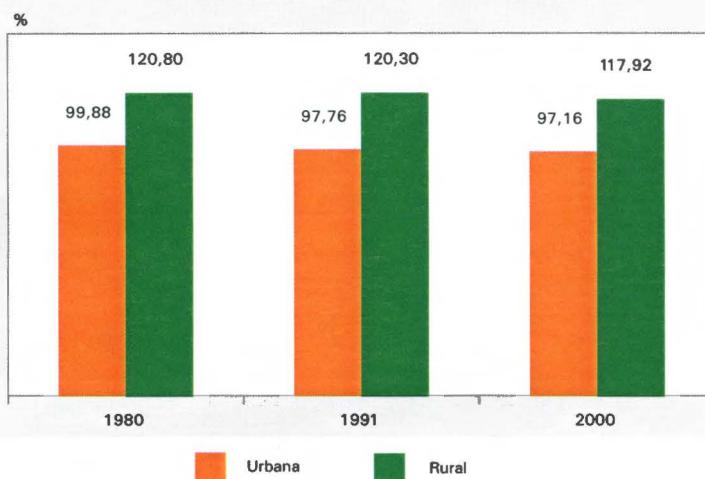
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

A área rural apresentou, de modo geral, um número maior de homens em suas composições populacionais, determinando cifras relativas às razões de sexo superiores a 100%. A área urbana registrou, em 2000, razão de sexo inferior a 100%,

¹ razão de sexo Relação entre homens e mulheres de uma população, expressada pelo quociente (Homens/Mulheres) * 100, onde a razão > 100 significa um número maior de homens e a razão < 100 significa um número maior de mulheres. Admite-se equilíbrio entre 98 e 102.

denotando uma composição populacional com um número de mulheres superior ao de homens, o que já vinha ocorrendo em décadas anteriores. A população masculina é maior nos quadros rurais, e, em contrapartida, há o predomínio do contingente feminino nas áreas urbanas.

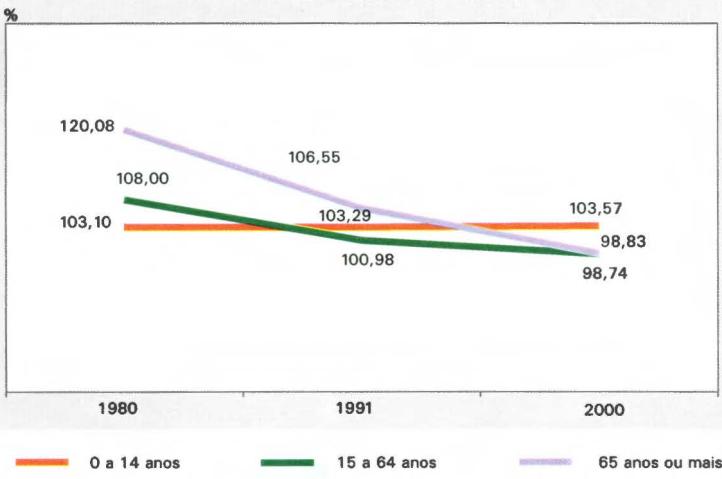
Gráfico 13 - Razões de sexo, por situação do domicílio - Mato Grosso do Sul - 1980/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

O comportamento das razões de sexo por grupos de idade, ao longo dos censos, revelou que na faixa de idade até 14 anos a tendência era de predominância masculina. No grupo dos adultos de 15 a 64 anos e dos idosos (65 anos ou mais), havia um equilíbrio entre homens e mulheres em 2000.

**Gráfico 14 - Razões de sexo, por grupos de idade
Mato Grosso do Sul - 1980/2000**



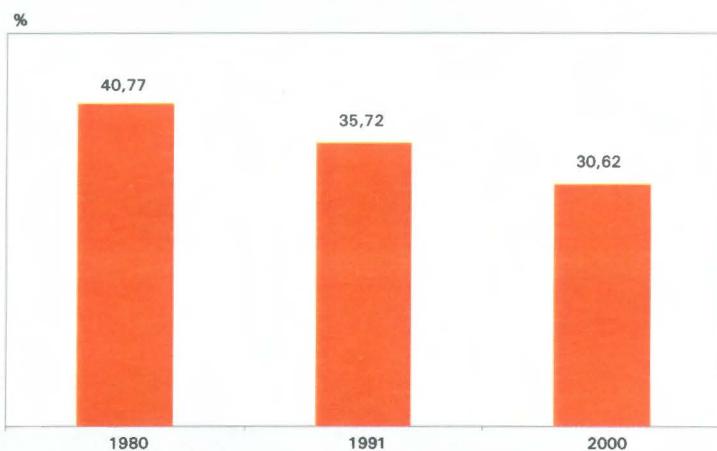
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

Uma questão que sempre foi objeto de interesse é quanto às razões de sexo entre os jovens, e o Censo Demográfico 2000 revelou que, no grupo de 15 a 24 anos, essa razão correspondeu a 101,19%, significando um equilíbrio entre homens e mulheres. O município que detinha a menor proporção de jovens de 15 a 24 anos foi o de Jaraguari (16,90%) e a maior proporção em Água Clara (21,27%).

O declínio generalizado da fecundidade no País, conjugado à redução da mortalidade, contribuiu de forma decisiva para as mudanças processadas na composição por idade da população. Tais alterações caracterizaram fundamentalmente o início do processo de envelhecimento da população brasileira.

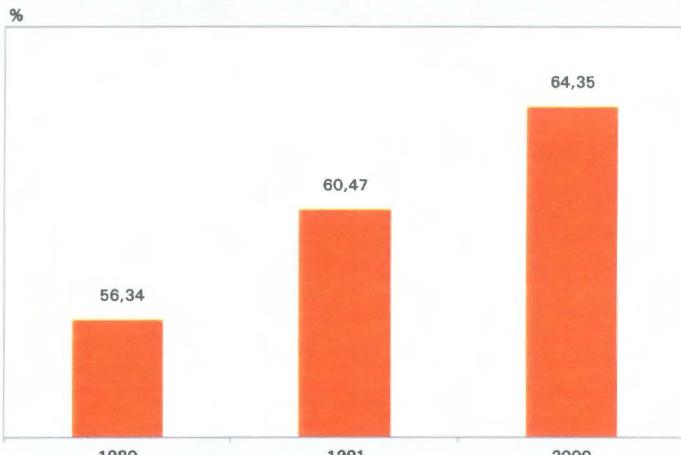
Nos anos de 1980, a população predominantemente era composta por adultos (15 a 64 anos), os idosos (65 anos ou mais) representavam somente 2,89% da população. Na última década do Século XX, a contribuição do segmento de 0 a 14 anos de idade no total da população declinou de 35,72%, em 1991, para 30,62%, em 2000, ao passo que o grupo de idosos de 65 anos ou mais, no mesmo período, aumentou em 31,91% (3,81%, em 1991, e 5,03%, em 2000). Da mesma forma, elevou-se a participação do contingente em idade potencialmente ativa (pessoas de 15 a 64 anos de idade que, em princípio, estão aptas a exercer alguma atividade produtiva). Em 1991, estas pessoas correspondiam a 60,47% da população total, passando a representar 64,35%, em 2000.

Gráfico 15 - Proporção de crianças de 0 a 14 anos de idade - Mato Grosso do Sul - 1980/2000



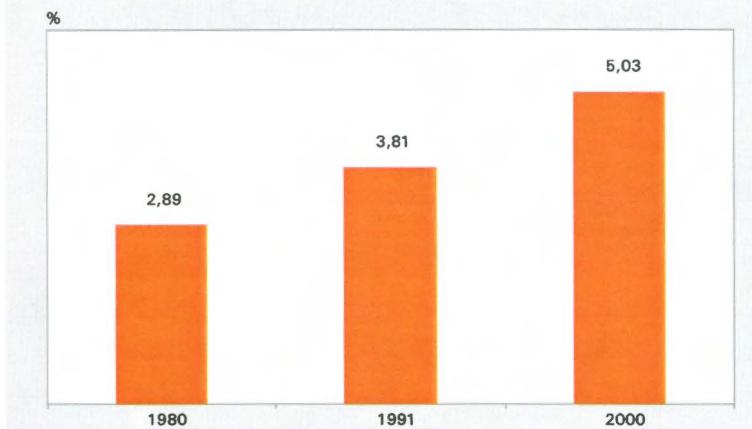
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

Gráfico 16 - Proporção de adultos de 15 a 64 anos de idade - Mato Grosso do Sul - 1980/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

Gráfico 17 - Proporção de idosos de 65 anos ou mais de idade - Mato Grosso do Sul - 1980/2000

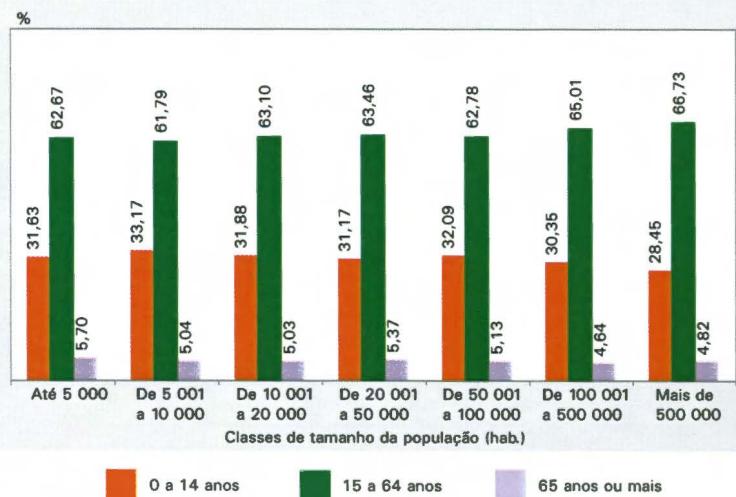


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

A importância do conhecimento da distribuição da população para os diversos municípios brasileiros é fundamental para a prática das políticas públicas e, quando se analisou essa distribuição pelas classes de tamanho da população dos municípios, observou-se que nos municípios com até 5 mil habitantes a proporção de idosos (65 anos ou mais) foi mais elevada. As crianças até 14 anos têm maior concentração nos municípios de 5 a 10 mil habitantes, enquanto a maior concentração de população potencialmente ativa estava nos municípios acima de 500 mil habitantes.

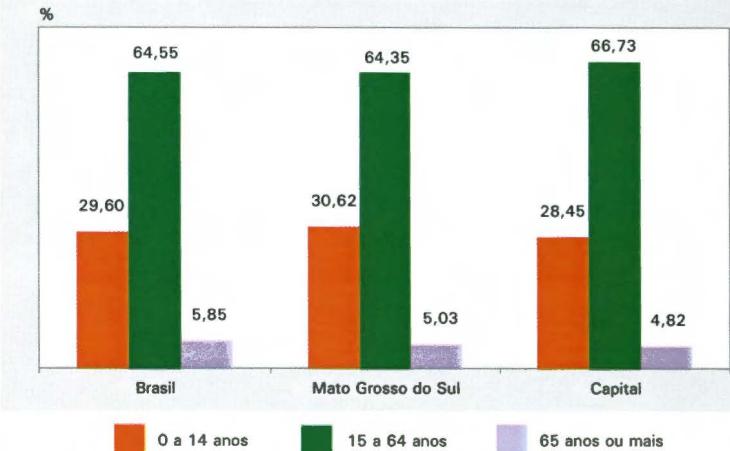
Os resultados do Censo Demográfico 2000 acentuaram o estreitamento na base da pirâmide etária, intensificando o processo de redução do peso relativo do contingente de jovens na população total. Até o início dos anos de 1980, a estrutura etária da população brasileira dada pelos Censos Demográficos vinha mostrando traços marcantes de uma população predominantemente jovem, fruto da persistência de altos níveis da fecundidade no País. Muito embora a fecundidade tenha experimentado declínios paulatinos desde meados da década de 1960, momento em que se introduz no Brasil os métodos anticonceptivos orais, a base da pirâmide etária da população manteve-se alargada até 1980, como resultado do elevado número de mulheres em idade fértil ainda procriando. A intensifica-

Gráfico 18 - Proporção da população residente, por grupos de idade, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Mato Grosso do Sul - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

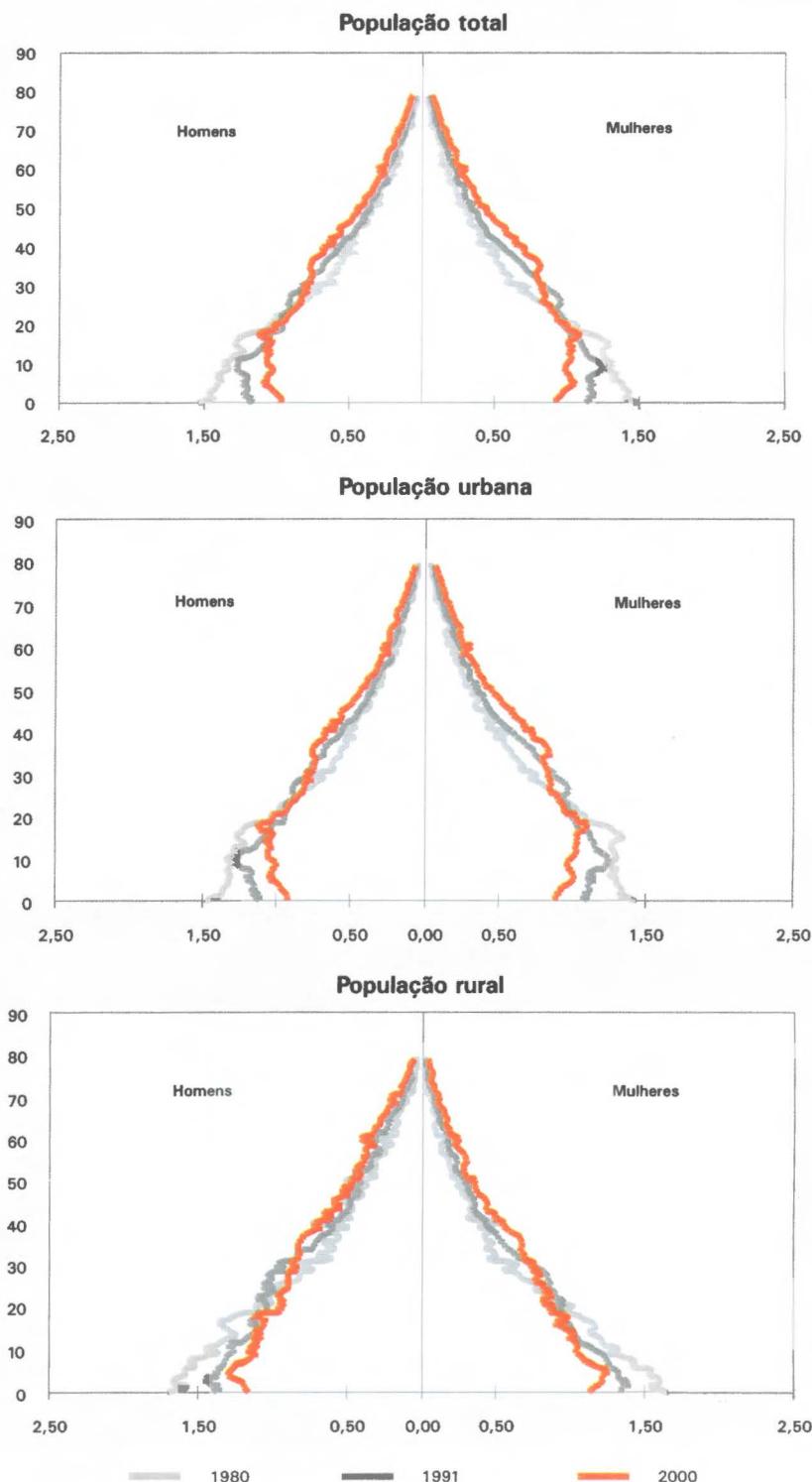
Gráfico 19 - Proporção da população residente, por grupos de idade, em áreas selecionadas - Mato Grosso do Sul - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

ção da prática anticonceptiva no País, quer seja através de métodos reversíveis (como é o caso da pílula anticoncepcional), ou mediante a esterilização feminina, como forma de evitar uma gravidez indesejada, contribuiu sobremaneira para acelerar o ritmo de declínio da fecundidade ao longo dos anos de 1980.

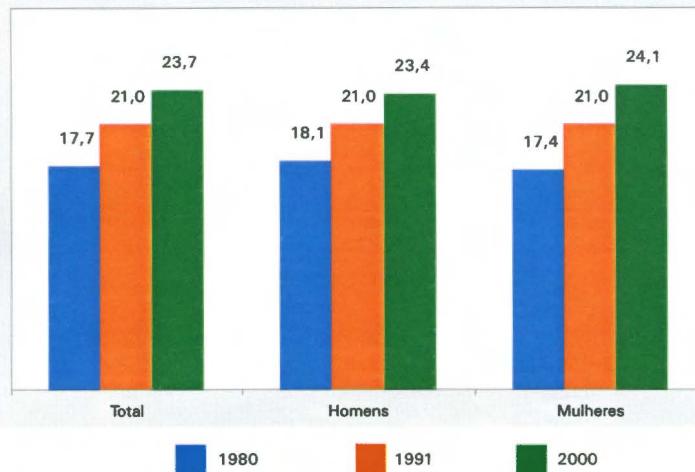
**Gráfico 20 - Composição, por sexo e idade individual
Mato Grosso do Sul - 1980/2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

A idade mediana da população do estado aumentou 2,7 anos num intervalo de nove anos. Em 1991, a idade que dividia a população em dois blocos de 50% cada era de 21,0 anos. Já os resultados do Censo Demográfico 2000 mostraram que a idade mediana alcançou o patamar dos 23,7 anos.

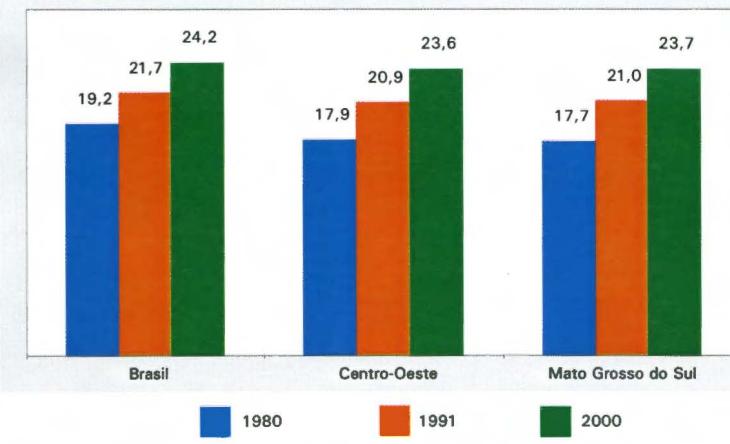
Gráfico 21 - Idade mediana da população residente, por sexo - Mato Grosso do Sul - 1980/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

No que tange aos diferenciais entre os sexos, a idade mediana calculada para os homens foi de 23,4 anos, enquanto a referente às mulheres posicionou-se nos 24,1 anos de idade. Este comportamento diferencial da idade mediana de homens e mulheres explica-se pela maior expectativa de vida das mulheres.

Gráfico 22 - Idade mediana da população residente, em áreas selecionadas - Mato Grosso do Sul - 1980/2000



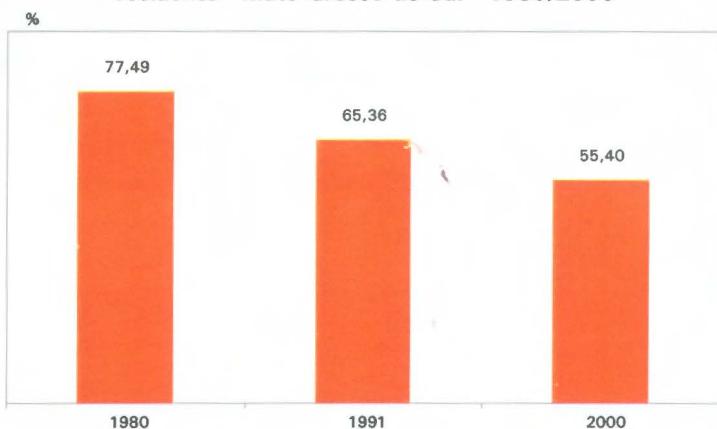
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

A relação entre a população que, em termos etários, pertence à condição de inativa (grupos 0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e o contingente potencialmente ativo (15 a 64 anos de idade) permite estabelecer o indicador Razão de Dependência²

² razão de dependência Razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

que denota, em linhas gerais, o peso dos jovens e dos idosos sobre o segmento populacional que, em princípio, poderia estar exercendo alguma atividade produtiva.

Gráfico 23 - Razão de dependência da população residente - Mato Grosso do Sul - 1980/2000

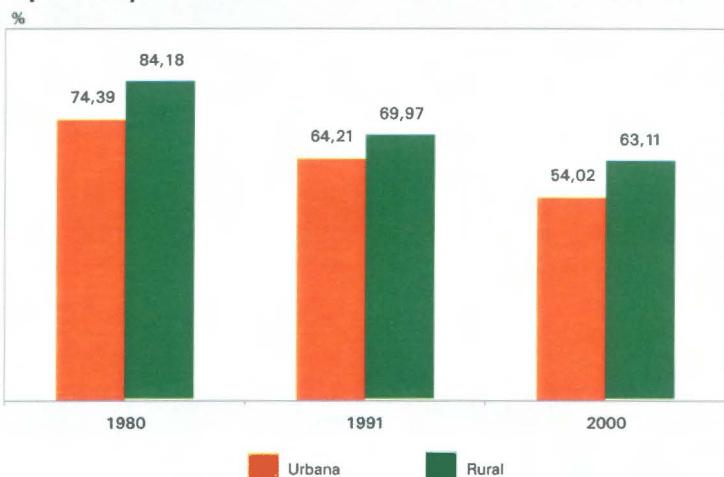


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

Assim, o Censo Demográfico 2000 revelou, para o total do estado, uma relação de 55,40% de jovens e idosos para cada 100 pessoas potencialmente ativas. Em 1991, esta mesma relação representava 65,36%. A partir destes resultados pôde-se constatar o impacto do processo de estreitamento na base da pirâmide etária, principal fator responsável pela diminuição da Razão de Dependência no estado, no transcurso desses nove anos.

As diferenças observadas nas Razões de Dependência referentes às áreas urbana e rural, em 2000, são significativas. Enquanto o peso das crianças e idosos sobre a população com idades de 15 a 64 anos, residente no contexto urbano do estado, correspondia a 54,02%, nas áreas rurais este indicador alcançou 63,11%.

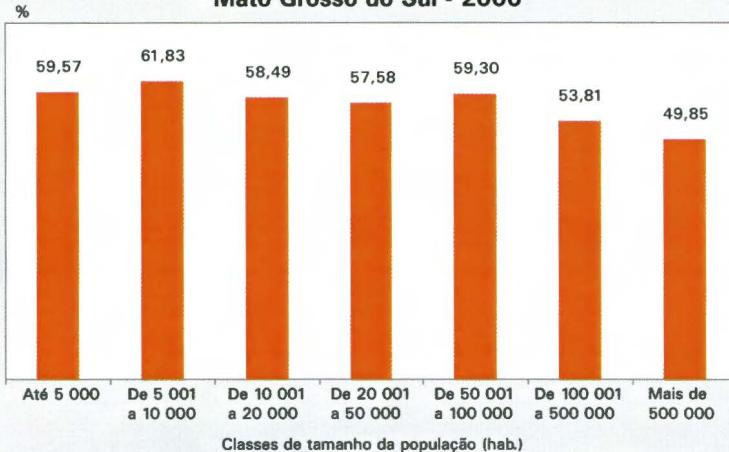
Gráfico 24 - Razão de dependência da população residente, por situação do domicílio - Mato Grosso do Sul - 1980/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

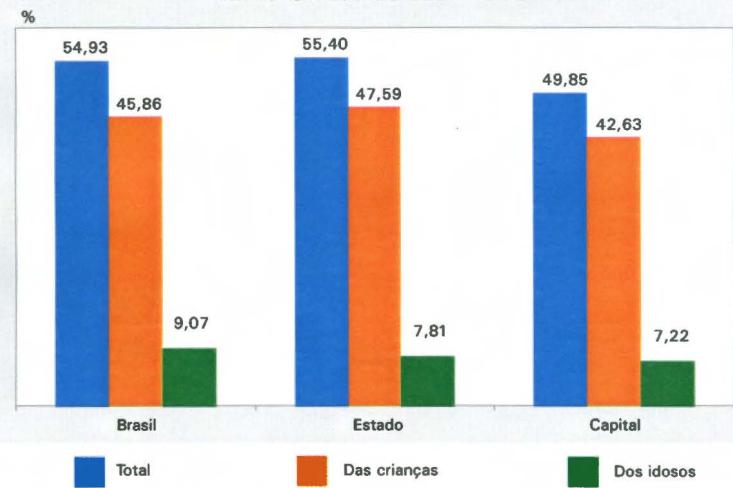
A Razão de Dependência foi maior para os municípios de 5 a 10 mil habitantes, explica-se pela maior proporção do contingente de crianças até 14 anos de idade nesses municípios.

Gráfico 25 - Razão de dependência da população residente, por classes de tamanho da população dos municípios Mato Grosso do Sul - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

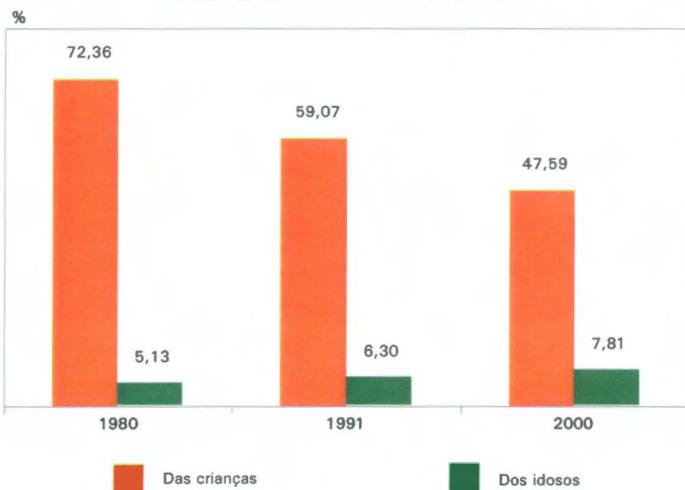
Gráfico 26 - Razão de dependência da população residente, das crianças e dos idosos, em áreas selecionadas Mato Grosso do Sul - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

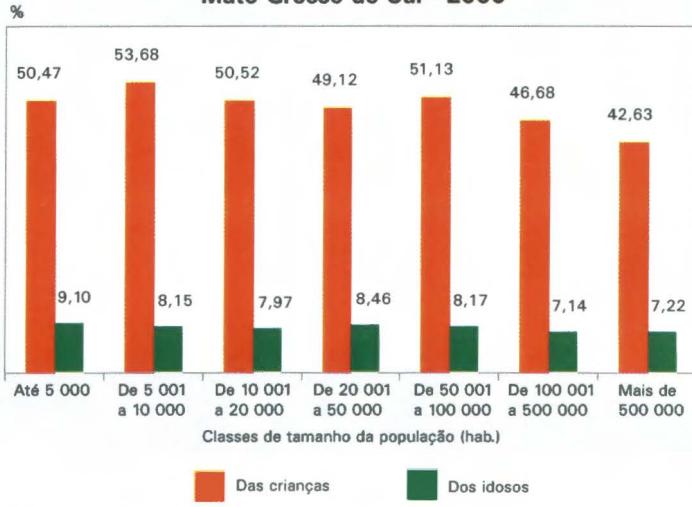
A relação existente entre as crianças (0 a 14 anos) com a população potencialmente ativa (15 a 64 anos) representava, nos anos de 1980, que para cada 100 potencialmente ativos existiam 72,36 crianças, que foi declinando ao longo dos censos, atingindo em 2000 a relação de 47,59 crianças para cada 100 pessoas potencialmente ativas. Atribuiu-se essa redução ao declínio do contingente de 0 a 14 anos. Com esse mesmo denominador, foi observada a relação com os idosos (65 anos ou mais) e o comportamento foi inverso, havendo aumento na Razão de Dependência dos idosos. Em 1980, era de 5,13%, passando para 7,81%, em 2000, portanto, é o reflexo do aumento da proporção de idosos no estado.

**Gráfico 27 - Razão de dependência das crianças e dos idosos
Mato Grosso do Sul - 1980/2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

**Gráfico 28 - Razão de dependência das crianças e dos idosos,
por classes de tamanho da população dos municípios
Mato Grosso do Sul - 2000**



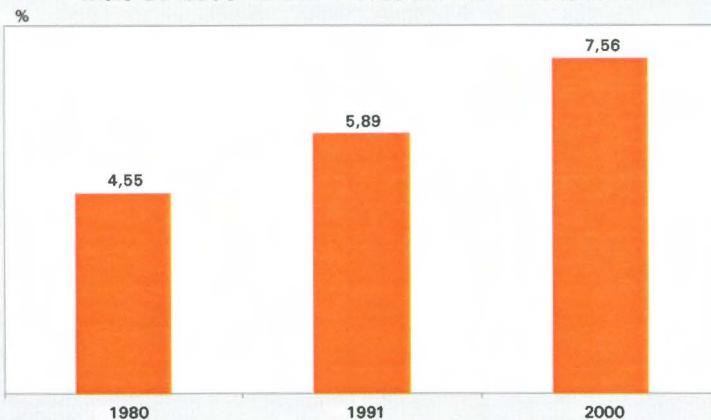
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Envelhecimento populacional

Em 2000, o estado contava com 157 093 pessoas de 60 anos ou mais. O ritmo de crescimento anual da população total do estado foi de 1,75%, no período de 1991-2000, enquanto a população de idosos cresceu de forma mais acelerada a uma taxa de 4,64% ao ano. O processo de envelhecimento populacional reflete a influência da continuada queda da fecundidade e, simultaneamente, o aumento da esperança de vida.

Um importante indicador que está relacionado à estrutura etária de uma população é aquele que relaciona a população idosa com o contingente de crianças. Trata-se de uma derivação do índice de envelhecimento populacional que se presta a significativos estudos comparativos. O entendimento desse índice se traduz em que quanto maior sua magnitude, mais elevada é a proporção de idosos, no caso a população de 65 anos ou mais, em relação à propor-

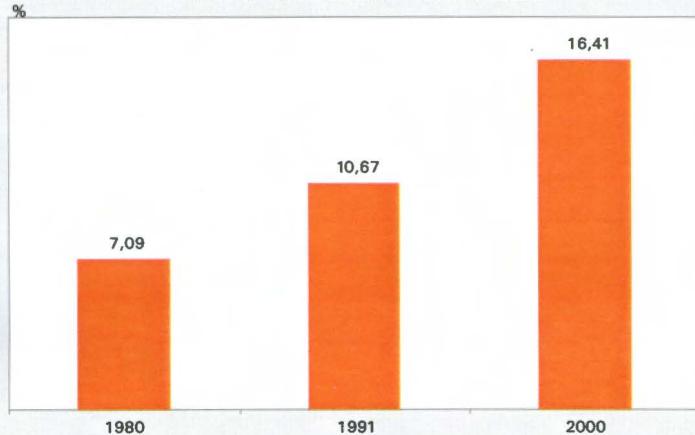
Gráfico 29 - Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade - Mato Grosso do Sul - 1980/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

ção de crianças, que é a população de menos de 15 anos de idade. A evolução do índice de envelhecimento desde a metade do Século XX vem revelando a importância do crescimento do contingente de idosos no estado.

**Gráfico 30 - Índice de envelhecimento
Mato Grosso do Sul - 1980/2000**



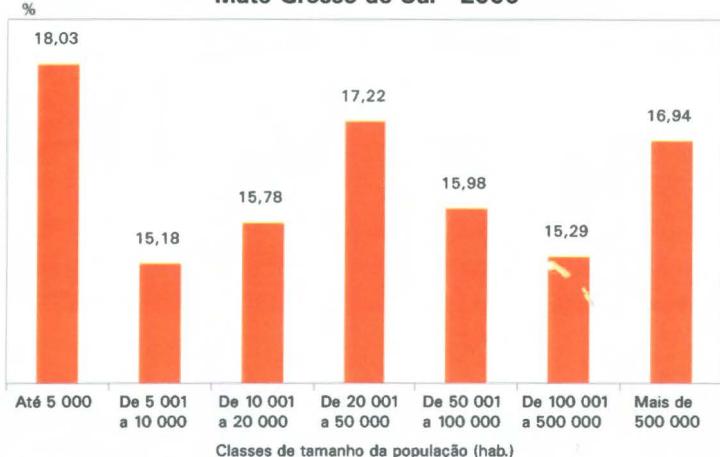
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

O estado como um todo possui um índice de 16,41%, que está em ascensão, visto ter sido de 7,09%, em 1980. Quando se estabelecem comparações regionais, percebe-se, inicialmente, que o índice está em elevação em praticamente todos os estados, o que reflete a influência da continuada queda da fecundidade e, simultaneamente, o aumento consistente da esperança de vida. Os níveis mais elevados são encontrados nos estados pertencentes às Regiões Sudeste e Sul.

O município que detinha a maior proporção de pessoas de 65 anos ou mais era o de Vicentina com 9,45%.

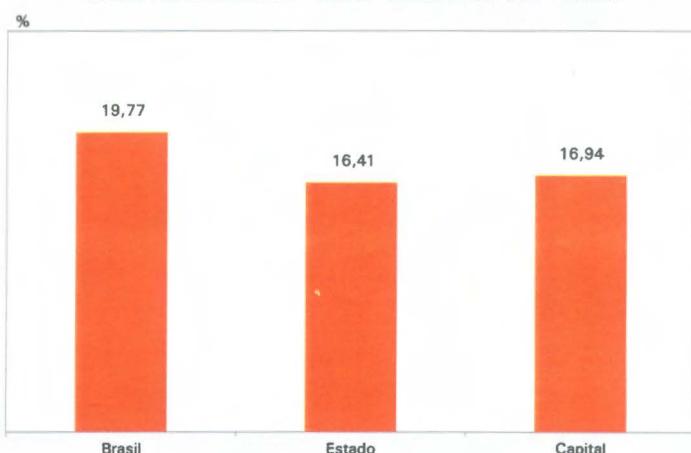
Os índices de envelhecimento são bem elevados e oscilaram entre 15,18% e 18,03%, quando se analisou segundo as classes de tamanho da população dos municípios. As estimativas atualmente disponíveis sugerem que esse índice deverá continuar crescendo no estado, a partir da diminuição da proporção de população de crianças.

Gráfico 31 - Índice de envelhecimento, por classes de tamanho da população dos municípios Mato Grosso do Sul - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Gráfico 32 - Índice de envelhecimento, em áreas selecionadas - Mato Grosso do Sul - 2000



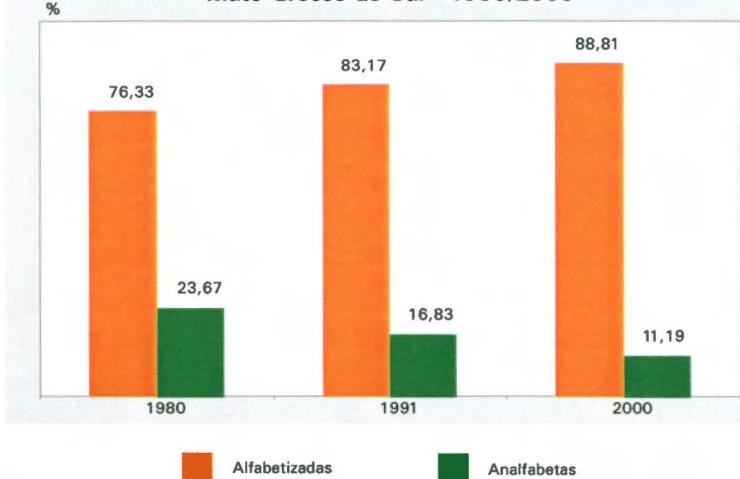
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Evolução da alfabetização

Para efeito da pesquisa do Censo Demográfico 2000, o alfabetizado era a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece, considerando também a pessoa alfabetizada aquela que se tornou física ou mentalmente incapacitada de ler ou escrever. A manutenção nos Censos Demográficos da pergunta “Sabe ler e escrever ou Não sabe” deve-se ainda, em países em desenvolvimento, à necessidade de identificar a população analfabeta em função de sua importância numérica e da vulnerabilidade desse grupo (CHACKIEL, 1999).

Nesse sentido, o Censo Demográfico 1980 revelava, para o conjunto de pessoas de 15 anos ou mais de idade, um percentual de alfabetizados de 76,33% e analfabetos de 23,67%, a partir daí, esse percentual foi se reduzindo ao longo dos censos, onde o período de 1991-2000 apresentou o maior declínio (33,51%) em relação ao período intercensitário anterior.

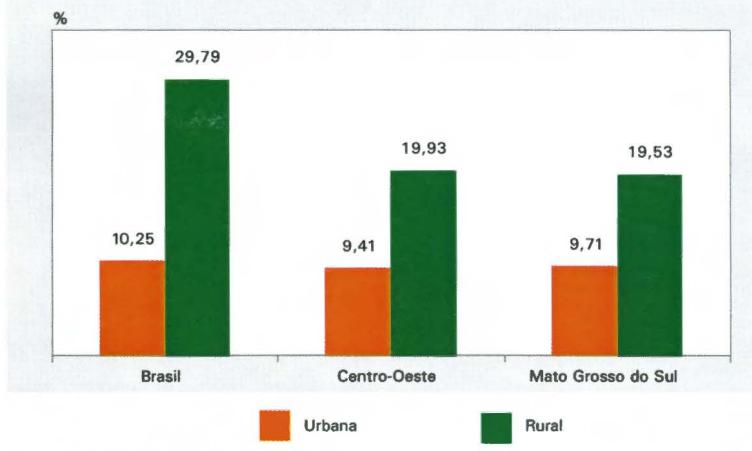
**Gráfico 33 - Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade alfabetizadas e analfabetas
Mato Grosso do Sul - 1980/2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

As taxas de analfabetismo no estado vêm decrescendo nas últimas décadas. Em 2000, essa taxa calculada para as pessoas de 15 anos ou mais de idade no estado foi de 11,19%, superior à média apresentada pela Região Centro- Oeste, 10,76%. Quando se analisou o analfabetismo, segundo a situação do domicílio, observou-se que a taxa para o estado na área urbana atingiu 9,71%, enquanto na área rural foi duas vezes maior. Portanto, a dicotomia entre o urbano e o rural ainda é bem acentuada.

Gráfico 34 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, em áreas selecionadas, por situação do domicílio - Mato Grosso do Sul - 2000

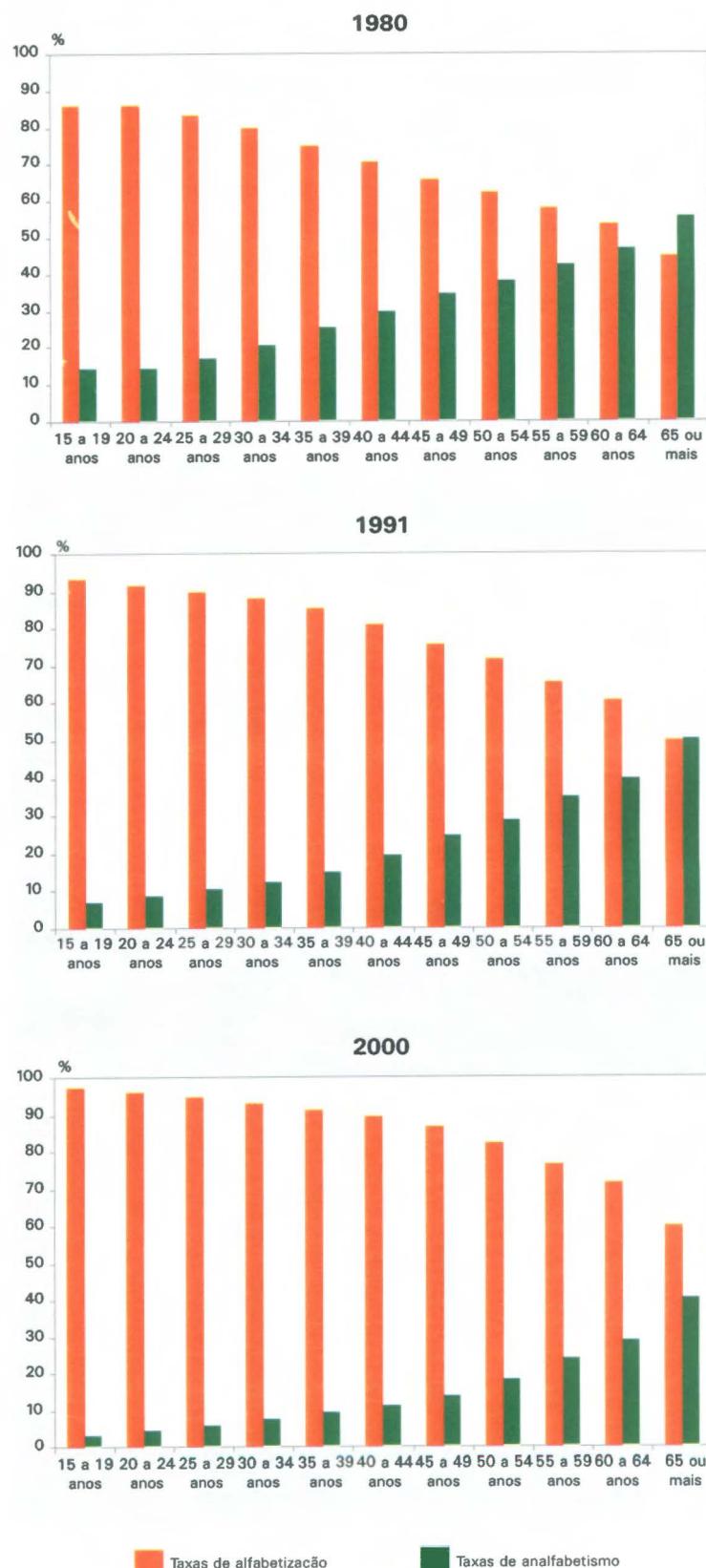


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Taxas de alfabetização e analfabetismo

Nas taxas de alfabetização/analfabetismo por grupos de idade, observou-se que as gerações mais velhas apresentaram as maiores taxas de analfabetismo. Esse comportamento está normalmente associado às maiores oportunidades de alfabetização/ escolarização que as gerações mais novas dispõem em comparação com as oferecidas há algumas décadas atrás.

Gráfico 35 - Taxas de alfabetização e analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade - Mato Grosso do Sul - 1980/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

Contingente de analfabetos e crescimento

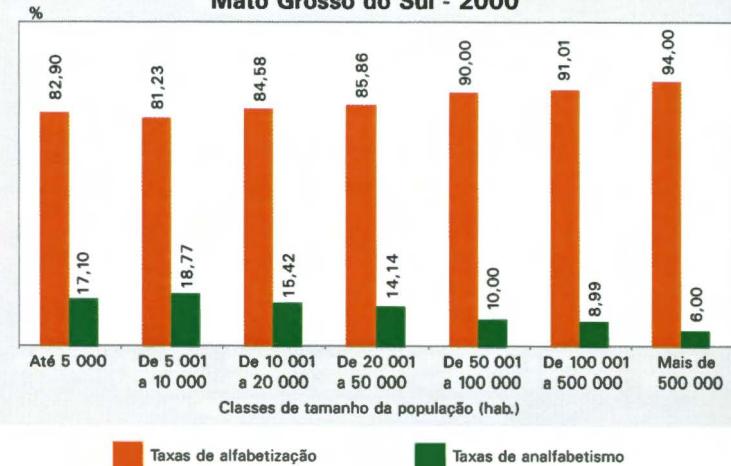
O contingente de analfabetos de 15 anos ou mais de idade no estado diminuiu em 31 319 pessoas, no período de 1991-2000, enquanto no período de 1980-1991 o contingente incrementou-se em 821 pessoas.

Alfabetização e analfabetismo por classes de tamanho da população dos municípios

Para melhor apreendermos as disparidades que particularizam o Território Nacional, no que tange ao analfabetismo, utilizaram-se indicadores em nível municipal, visando a fornecer o retrato mais próximo da realidade atual (COSTA; PEREIRA, 1995). Portanto, quando se retrata a população alfabetizada/analfabeta pelas classes de tamanho da população dos municípios como forma de dimensionar o avanço educacional da população, segundo esses estratos destaca-se que os municípios com população de 5 a 10 mil habitantes são os que detêm menor taxa de alfabetização. O contingente de alfabetizados nessa faixa de população municipal corresponde a 6,23% do total de alfabetizados no estado.

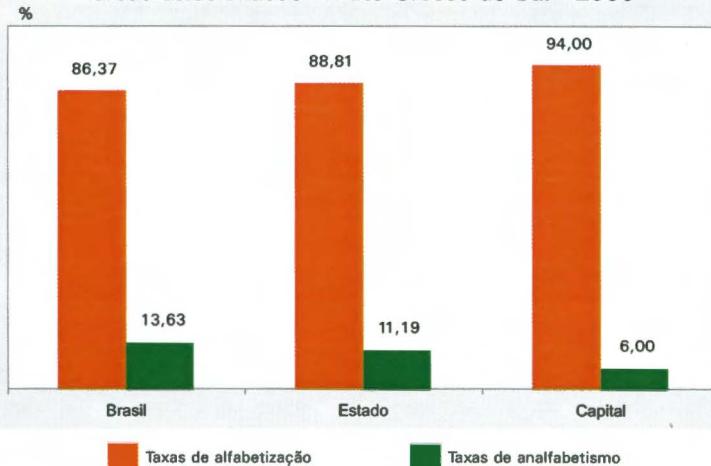
O nível educacional da população do estado continua em ascensão, e a cobertura do sistema educacional do estado continua se expandindo e retendo os jovens por mais tempo na escola, principalmente na capital, onde os níveis de analfabetismo são os menores na análise do espaço territorial geográfico.

Gráfico 36 - Taxas de alfabetização e analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as classes de tamanho da população dos municípios
Mato Grosso do Sul - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Gráfico 37 - Taxas de alfabetização e analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, em áreas selecionadas - Mato Grosso do Sul - 2000

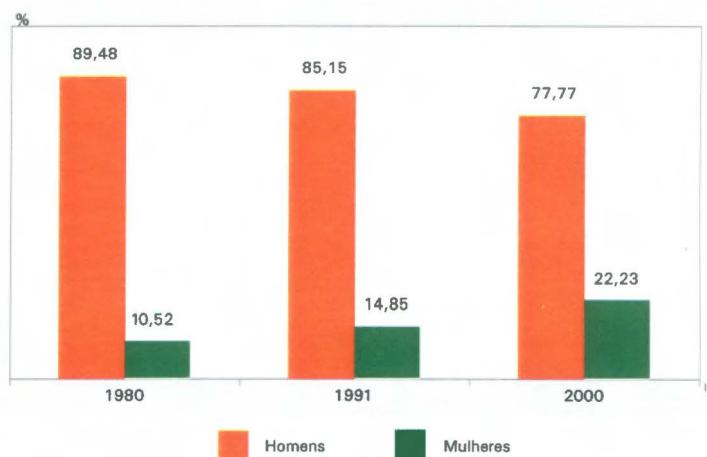


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Responsáveis pelos domicílios

A determinação da responsabilidade pelo domicílio por sexo é uma questão que vem sendo acompanhada com renovado interesse nos censos e pesquisas, em face da evolução que vem ocorrendo nesse indicador, concomitantemente às mudanças nos padrões e arranjos familiares. Neste documento serão mencionadas algumas tendências a partir do Censo Demográfico de 1980, década que ficou consagrada a evolução desse indicador.

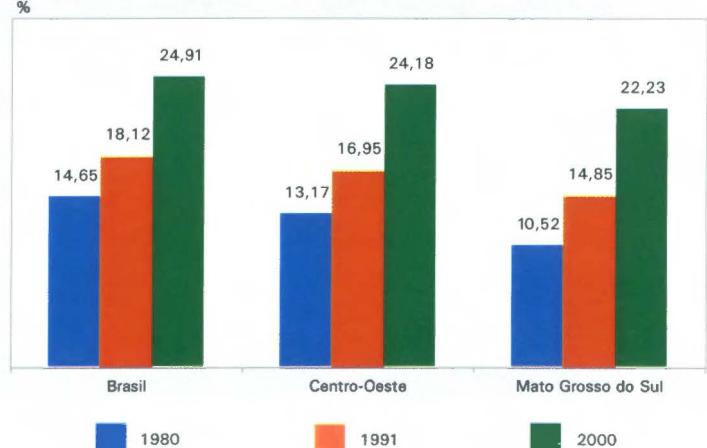
Gráfico 38 - Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por sexo - Mato Grosso do Sul - 1980/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

Vale a pena ressaltar que entre 1991 e 2000, observou-se um aumento significativo da representatividade das mulheres no papel de responsável pelo domicílio, evidência que acompanha um fenômeno mundial que consiste na expansão do número de mulheres que trabalham em atividades remuneradas. Essa proporção de mulheres responsáveis apresentou um crescimento de 49,70% no período de 1991-2000, enquanto no período de 1980-1991 esse incremento tinha atingido 41,16%.

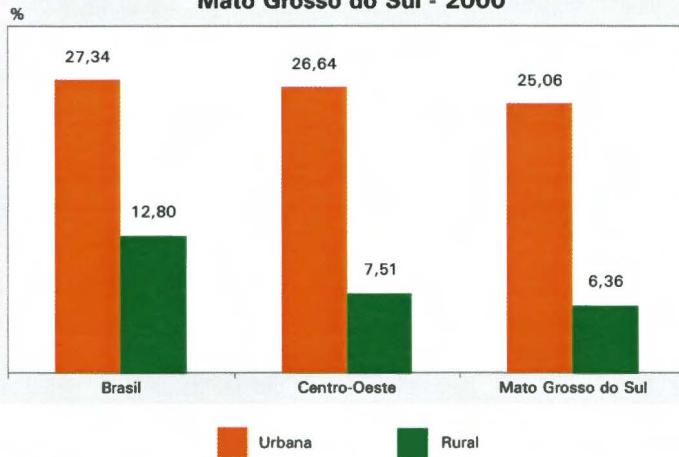
Gráfico 39 - Proporção de mulheres de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, em áreas selecionadas - Mato Grosso do Sul - 1980/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

A desagregação da proporção de mulheres responsáveis pelos domicílios pela situação do domicílio revela que esse fenômeno é predominantemente urbano, porque no estado atingiu 25,06%, enquanto na área rural 6,36%.

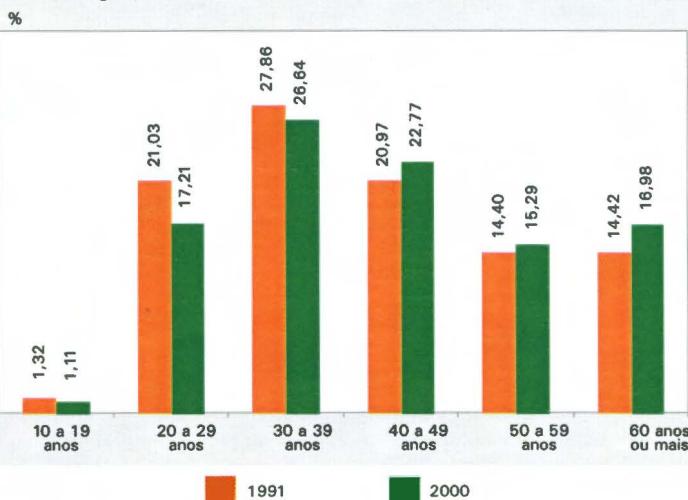
Gráfico 40 - Proporção de mulheres de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, em áreas selecionadas, por situação do domicílio
Mato Grosso do Sul - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

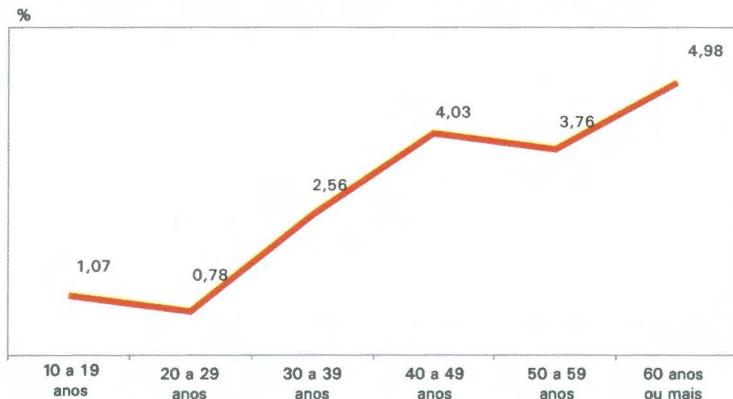
A maior concentração de responsáveis pelo domicílio permaneceu nos grupos de 30 a 49 anos de idade. Embora as proporções de responsáveis pelo domicílio com até 39 anos de idade tenham sofrido redução, o ritmo de crescimento na faixa de 30 a 39 anos foi acima de 2,00 % ao ano. Os responsáveis a partir dos 40 anos, no período intercensitário de 1991-2000, apontaram ritmos de crescimento significativos, fato este que pode ter suas raízes no próprio envelhecimento populacional. O menor ritmo de crescimento populacional dentre os responsáveis pelo domicílio apresentou-se no grupo de 20 a 29 anos (0,78% ao ano).

Gráfico 41 - Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por grupos de idade - Mato Grosso do Sul - 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

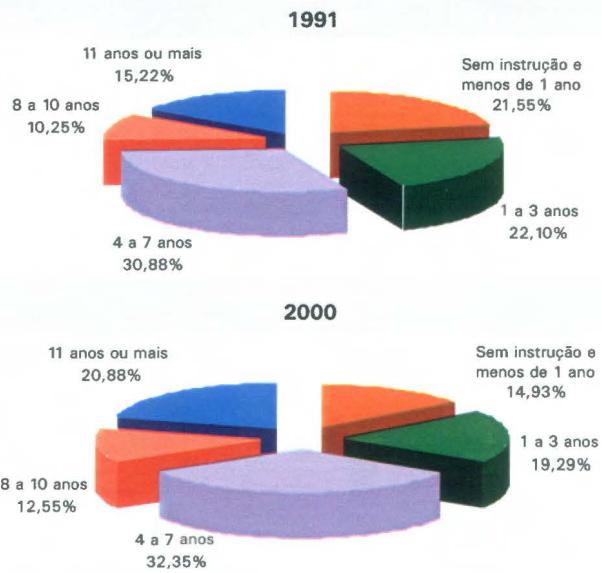
Gráfico 42 - Taxa média geométrica de crescimento anual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por grupos de idade - Mato Grosso do Sul - período 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

A análise do grau de escolaridade dos responsáveis pelos domicílios pode ser elaborada através das informações dos anos de estudo concluídos. Entre 1991 e 2000, percebeu-se ligeira melhoria no grau de escolaridade dos responsáveis pelo grupo domiciliar, com redução na proporção de responsáveis pelo domicílio sem instrução e com menos de 1 ano de estudo e de 1 a 3 anos de estudo. Em contrapartida, verificou-se aumento na proporção de responsáveis pelo domicílio com 4 anos ou mais de estudo. Destaca-se, ainda, que o contingente de responsáveis pelos domicílios sem instrução e com menos de 1 ano de estudo diminuiu de 92 mil, em 1991, para 83 mil, em 2000. O maior ritmo de crescimento dos responsáveis segundo os grupos de anos de estudo apresentou-se na faixa de 11 anos ou mais de estudo.

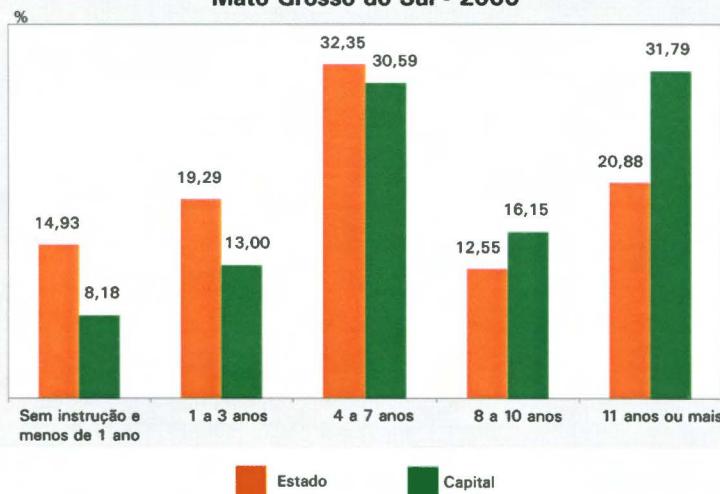
Gráfico 43 - Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por anos de estudo - Mato Grosso do Sul - 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Ao analisar as informações correspondentes às proporções nos grupos de anos de estudo dos responsáveis pelos domicílios residentes no estado e aqueles residentes na capital, observou-se que o grupo de anos de estudo mais elevado (11 anos ou mais de estudo) era maior na capital do que no estado.

Gráfico 44 - Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, em áreas selecionadas, por anos de estudo
Mato Grosso do Sul - 2000

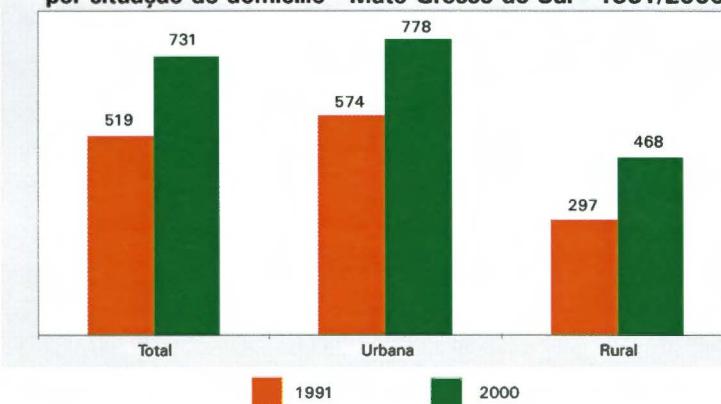


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

O rendimento do responsável pelo domicílio corresponde a uma parcela importante do rendimento domiciliar. Entretanto, até a última década essa parcela do rendimento familiar vem perdendo sua importância relativa em função do ingresso de outras pessoas na composição do rendimento do domicílio. A maior concentração de responsáveis pelo domicílio apresentou-se na faixa entre 2 a 5 salários mínimos.

Na comparabilidade entre 1991 e 2000, do valor do rendimento real médio mensal dos responsáveis pelos domicílios, foi observado que a variação relativa atingiu 40,85%, tendo a área rural variação relativa superior à da área urbana.

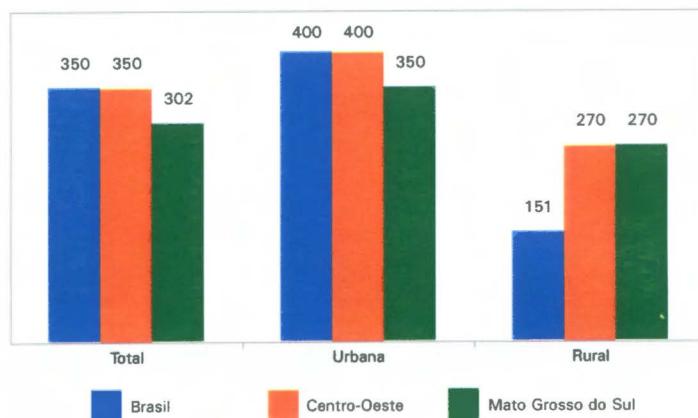
Gráfico 45 - Valor do rendimento real médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio - Mato Grosso do Sul - 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Quando se analisou, para a região e o estado o valor do rendimento nominal mediano mensal, segundo a situação do domicílio de residência dos responsáveis pelo domicílio observou-se que a região e o estado apresentaram valores medianos em ordem decrescente na área urbana enquanto na área rural eles permaneceram em um mesmo patamar.

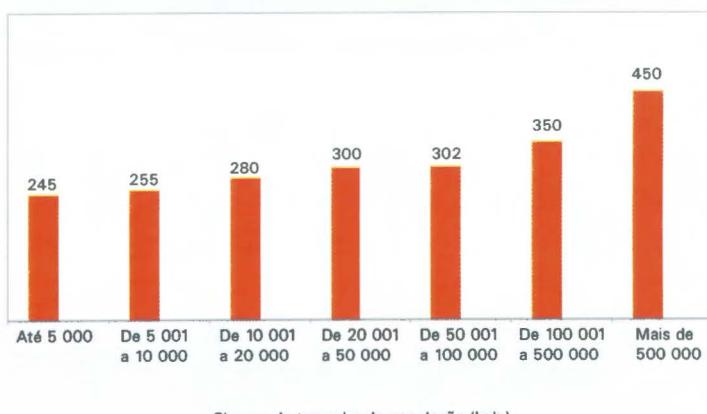
**Gráfico 46 - Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, em áreas selecionadas, por situação do domicílio
Mato Grosso do Sul - 2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Considerando o valor do rendimento nominal mediano mensal, segundo as classes de tamanho da população dos municípios, foi observado que os maiores valores de rendimento mediano estão concentrados nos municípios com mais de 500 mil habitantes, e o rendimento mediano mais baixo foi observado na classe de até 5 mil habitantes.

Gráfico 47 - Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por classes de tamanho da população dos municípios - Mato Grosso do Sul - 2000



Classes de tamanho da população (hab.)

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

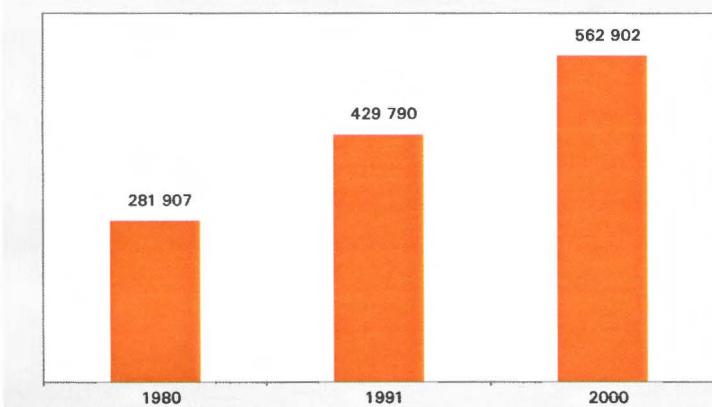
Características dos domicílios

O levantamento das características dos domicílios, através dos Censos Demográficos, permite o conhecimento das condições gerais de habitabilidade analisadas pelas condições de moradia e, principalmente, pelo acesso aos serviços de infra-estrutura do saneamento básico. As características estruturais dos domicílios são, tradicionalmente, investigadas somente para aqueles definidos como particulares permanentes.

Domicílios particulares permanentes e crescimento

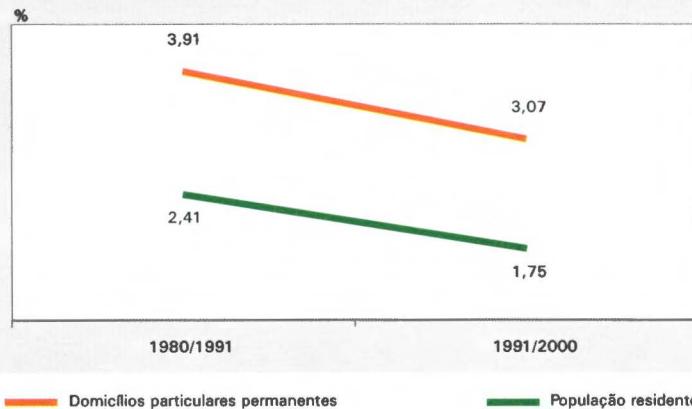
Nos anos de 1980, o número de domicílios particulares permanentes levantados pelo censo contava com 281 mil e 20 anos depois atingiu a cifra de 562 mil. No período de 1980-1991, a taxa de crescimento domiciliar atingiu o ponto mais alto dentre os períodos intercensitários, 3,91% ao ano. As taxas de crescimento domiciliares acompanharam o ritmo de crescimento da população total.

**Gráfico 48 - Domicílios particulares permanentes
Mato Grosso do Sul - 1980/2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

**Gráfico 49 - Taxa média geométrica de crescimento
anual dos domicílios particulares permanentes e da
população residente - Mato Grosso do Sul - 1980/2000**

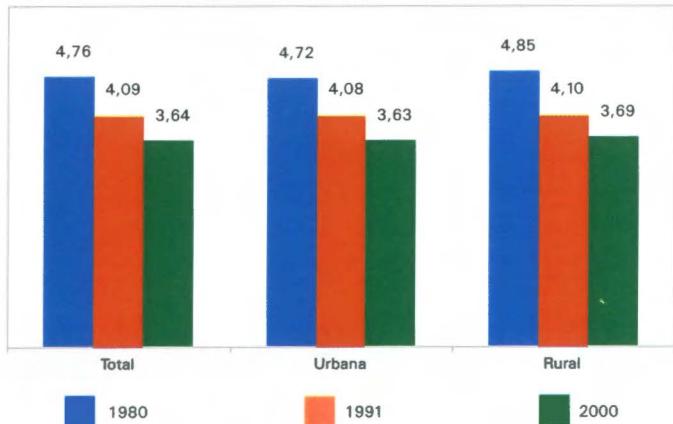


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

No estado, entre 1991 e 2000, o número de domicílios cresceu em 133 mil de domicílios, revelando uma variação relativa de 30,97%, inferior à média da região, que registrou uma variação relativa de 40,10%.

Número médio de moradores

**Gráfico 50 - Número médio de moradores em domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio
Mato Grosso do Sul - 1980/2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

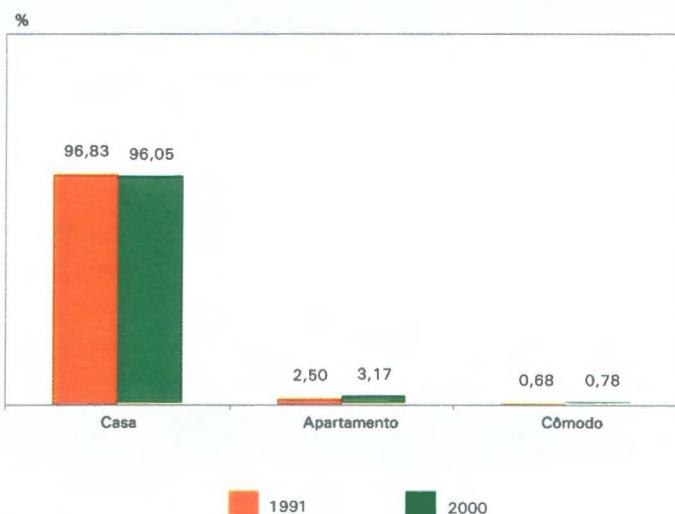
A relação entre o total da população residente e o total de domicílios particulares permanentes representa o número médio de pessoas moradoras em uma unidade domiciliar.

O número médio de moradores nos domicílios particulares permanentes apresentou um declínio de 11,00% no último período censitário, passando de 4,09, em 1991, para 3,64, em 2000. Este comportamento persistiu tanto na área urbana, com uma redução de 11,03%, quanto na área rural, com 10,00%. A tendência de declínio é característica de todas as regiões e está relacionada à redução da fecundidade e ao tamanho da família.

Tipo do domicílio

Uma das características domiciliares investigadas nos Censos Demográficos refere-se ao tipo de moradia, quer seja casa, apartamento ou cômodos (domicílios localizados em um ou mais cômodos de uma casa de cômodos, cortiços, cabeça-de-porco, etc.). O domicílio do tipo casa detém a maior proporção, atingindo 96,05%.

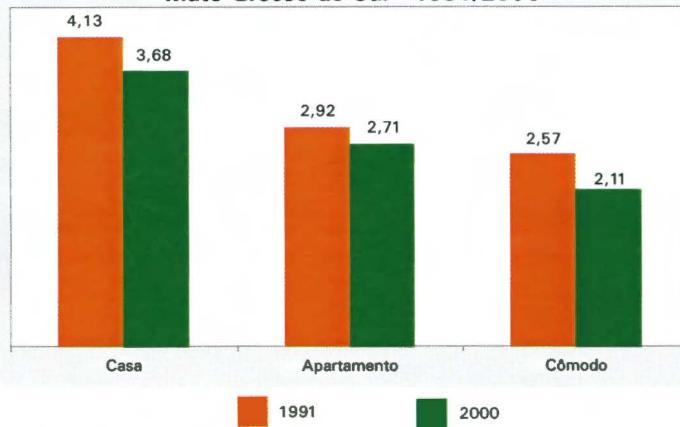
Gráfico 51 - Proporção de domicílios particulares permanentes, por tipo do domicílio - Mato Grosso do Sul - 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

A tendência de declínio do número médio de moradores, como já foi mencionado anteriormente, está diretamente relacionada à redução da fecundidade e ao tamanho da família, independentemente do tipo de domicílio.

**Gráfico 52 - Número médio de moradores em domicílios particulares permanentes, por tipo do domicílio
Mato Grosso do Sul - 1991/2000**

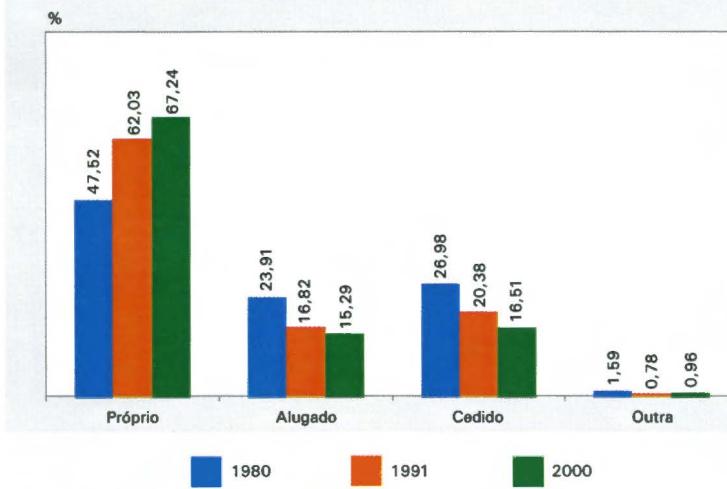


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Condição de ocupação

No estado, a proporção de domicílio próprio verificado no último censo, em relação a 1991, indicou um aumento de 8,41% neste período. Na proporção de domicílios alugados e de cedidos o comportamento foi inverso com declínio, da ordem de 9,09% e 18,98%, respectivamente.

Gráfico 53 - Proporção de domicílios particulares permanentes, segundo a condição do domicílio - Mato Grosso do Sul - 1980/2000



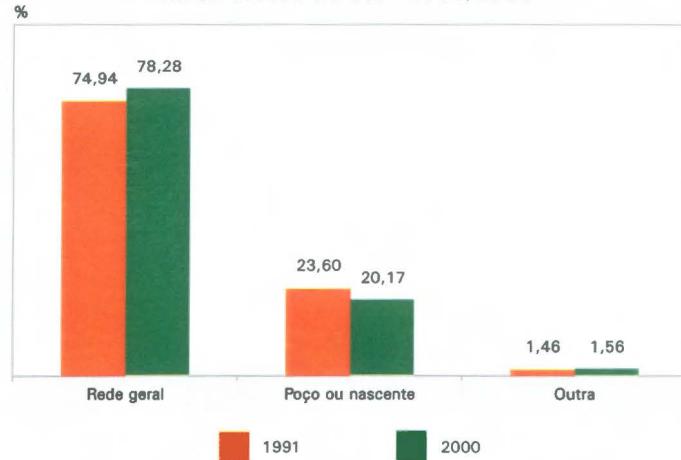
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000.

Abastecimento de água

Um sistema conveniente de distribuição de água potável, para consumo humano, é de vital importância para a saúde da população. Nos levantamentos censitários, o abastecimento de água sempre foi classificado de acordo com a fonte fornecedora e a existência ou não de distribuição interna no domicílio.

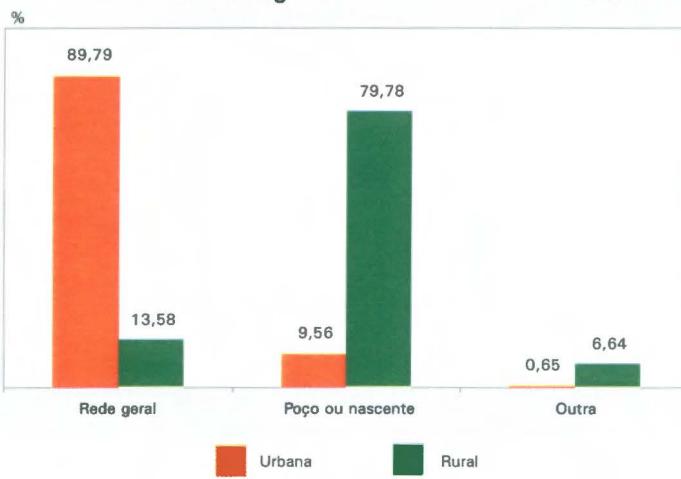
O Censo Demográfico 2000 revelou que, do total de domicílios particulares permanentes investigados, 78,27% estavam ligados à rede geral de distribuição de água e, destes, 73,42% possuíam canalização que levava água ao interior de pelo menos um dos cômodos da residência, sendo que 4,85% correspondiam àqueles que não contavam com pontos de água dentro da moradia.

**Gráfico 54 - Proporção de domicílios particulares permanentes, segundo a forma de abastecimento de água
Mato Grosso do Sul - 1991/2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Gráfico 55 - Proporção de domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo a forma de abastecimento de água - Mato Grosso do Sul - 2000

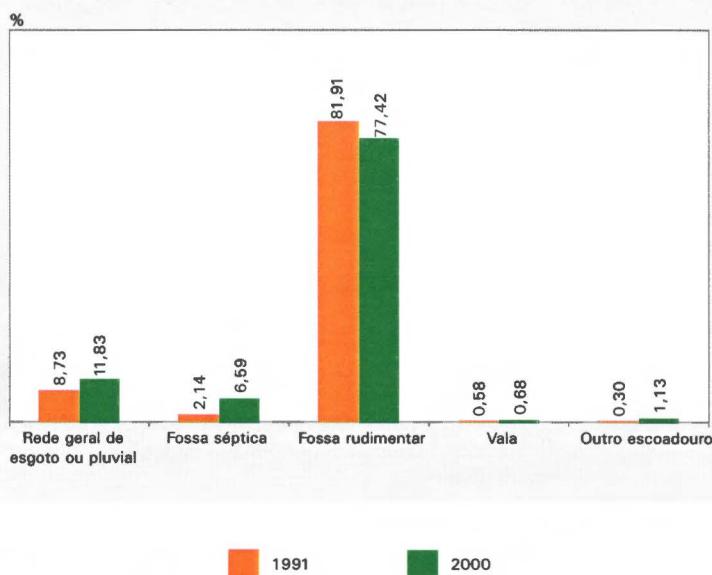


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Domicílios com existência de banheiro e esgotamento sanitário

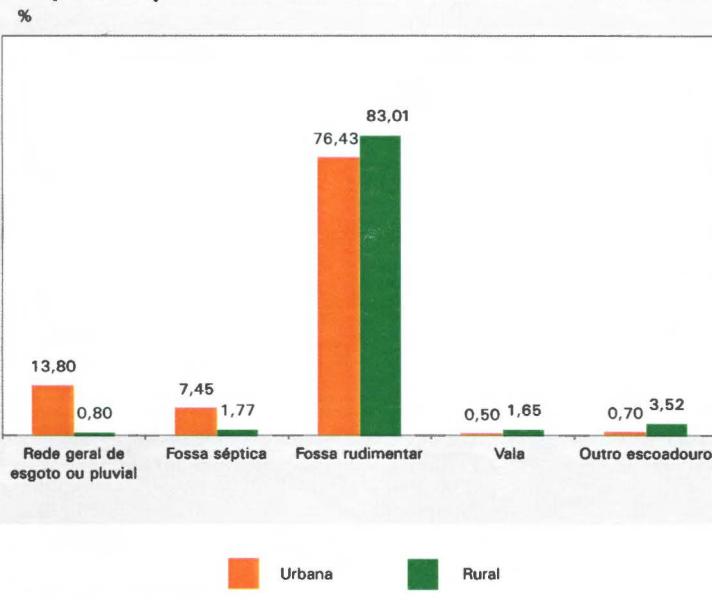
Em relação à existência de banheiro ou sanitário no domicílio, terreno ou propriedade, e do seu tipo de escoadouro, 18,42% dos domicílios tinham acesso à rede geral de esgoto ou pluvial e estavam ligados à fossa séptica, o que correspondeu a um incremento de 69,54% em relação ao Censo Demográfico 1991.

Gráfico 56 - Proporção de domicílios particulares permanentes com existência de banheiro e tipo de esgotamento sanitário - Mato Grosso do Sul - 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Gráfico 57 - Proporção de domicílios particulares permanentes com existência de banheiro e tipo de esgotamento sanitário, por situação do domicílio - Mato Grosso do Sul - 2000



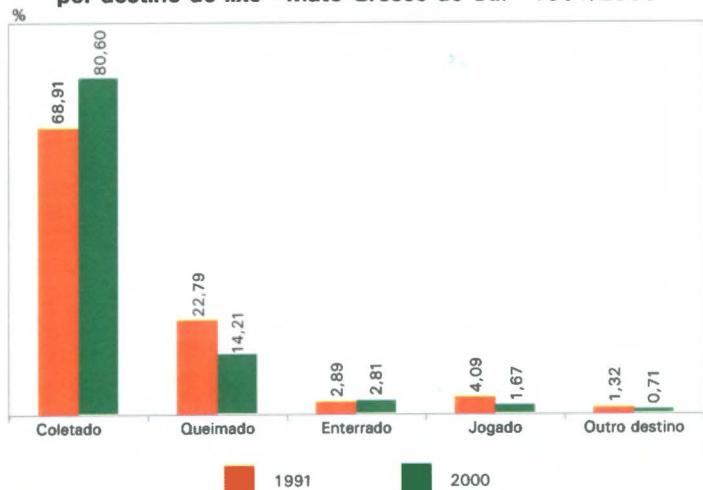
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Destino do lixo

O sistema de coleta de lixo não foi investigado no Censo Demográfico 1980, entretanto esta informação foi amplamente pesquisada no Censo Demográfico 1991, o que torna possível a comparabilidade com os resultados do Censo Demográfico

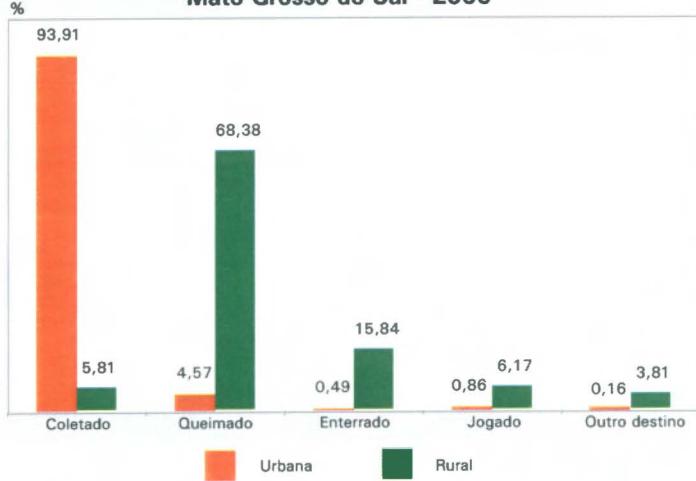
2000. Ficou evidenciado que o controle da coleta do lixo domiciliar no estado atingiu 80,60% das moradias, sendo que, destas, 79,76% tiveram recolhimento efetuado diretamente e, indiretamente 0,84%, quando fosse depositado em caçamba, tanque ou depósito, fora do domicílio, para depois ser coletado, por serviços ou empresas públicas e particulares.

Gráfico 58 - Proporção de domicílios particulares permanentes, por destino do lixo - Mato Grosso do Sul - 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

**Gráfico 59 - Proporção de domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo destino do lixo
Mato Grosso do Sul - 2000**



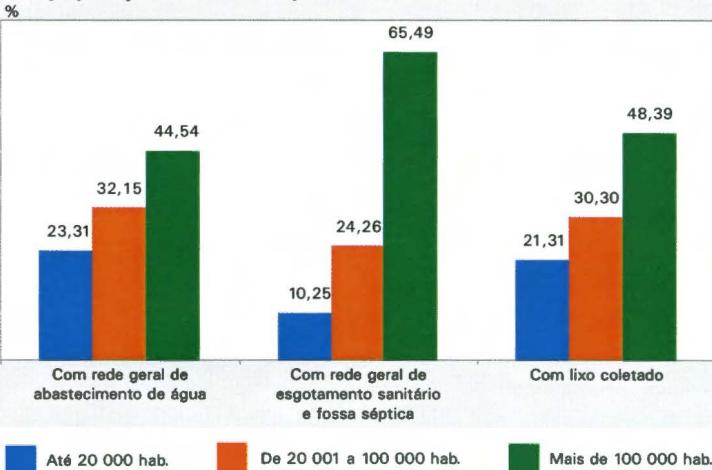
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Características domiciliares em função do tamanho da população dos municípios

O estudo das características domiciliares para os três indicadores básicos (domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água, que estavam ligados à rede geral de esgotamento sanitário e à fossa séptica e ao destino dado ao lixo quando era coletado) nos municípios do estado, segundo as classes de

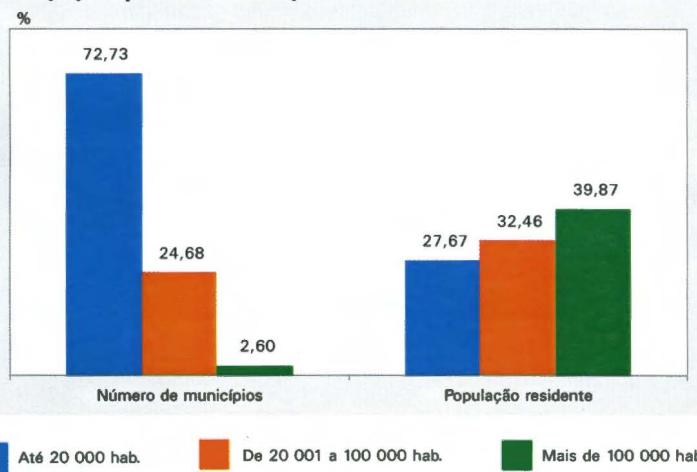
tamanho da população, mostrou que, para os municípios com até 20 000 habitantes (72,73% do total de municípios) e que concentravam 27,67% da população, os recursos destinados e as políticas implementadas ainda não são suficientes para a melhoria dessas condições básicas, situação que, embora um pouco mais favorável, também se verifica para os demais municípios.

Gráfico 60 - Proporção de domicílios particulares permanentes com saneamento básico, por classes de tamanho da população dos municípios - Mato Grosso do Sul - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Gráfico 61 - Proporção de municípios e da população residente, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Mato Grosso do Sul - 2000

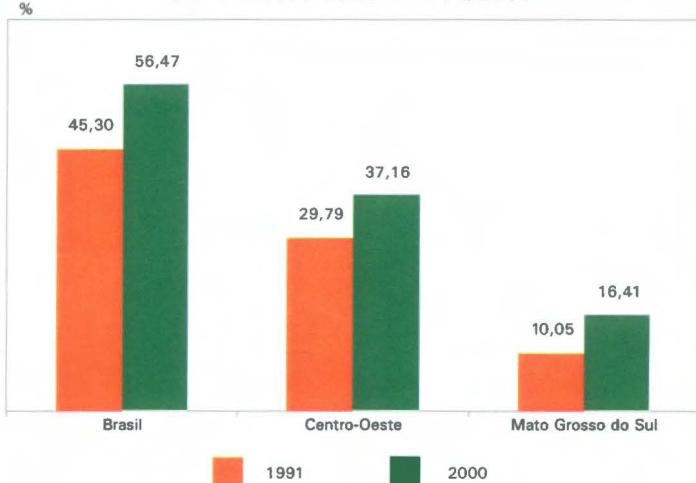


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Adequabilidade domiciliar

Considerou-se como adequados aqueles domicílios particulares permanentes atendidos por rede geral de abastecimento de água, existência de banheiro ou sanitário, com rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica e o lixo coletado, os quais totalizaram 92 mil, representando 16,41% do total de domicílios particulares permanentes. Em 1991, o percentual de domicílio com essa característica atingiu 10,05%.

Gráfico 62 - Proporção de domicílios particulares permanentes, atendidos por rede geral de abastecimento de água, existência de banheiro ou sanitário, com rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica e lixo coletado, em áreas selecionadas Mato Grosso do Sul - 1991/2000



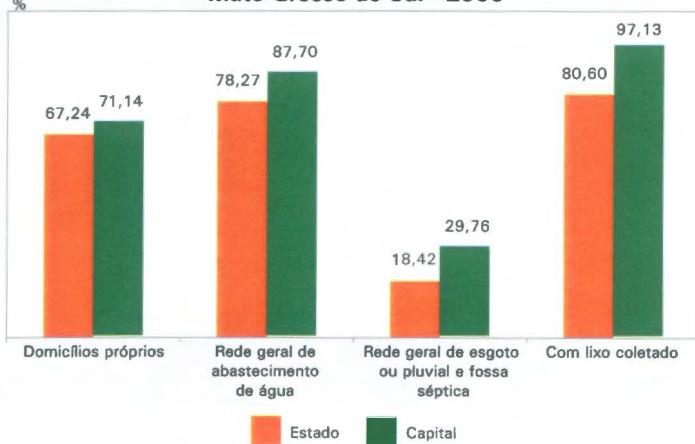
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Nota: Características de adequabilidade domiciliar = > domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água, que estavam ligados à rede geral de esgotamento sanitário e fossa séptica e com lixo coletado.

Características domiciliares no espaço geográfico

O conhecimento da distribuição dos indicadores quanto à propriedade do domicílio e ao saneamento básico fornecerá a dimensão das políticas que deverão ser implementadas para a melhoria das condições de moradia. A proporção de domicílios próprios na capital supera a proporção do total do estado, em 5,80%. A proporção de domicílios particulares permanentes com rede de abastecimento de água na capital ultrapassou os 85% dos domicílios, enquanto a proporção de domicílios particulares permanentes com rede geral de esgoto e fossa séptica nesse espaço geográfico estava em 29,76%. O controle de coleta de lixo na capital já atingiu 97,13% dos domicílios.

Gráfico 63 - Proporção de domicílios particulares permanentes, segundo algumas características, em áreas selecionadas Mato Grosso do Sul - 2000



Fonte:IBGE, Censo Demográfico 2000.

Referências bibliográficas

- CENSO DEMOGRÁFICO 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.
- _____ 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.
- _____ 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
- _____ 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- _____ 1991. Resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____ 2000. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 519 p. 1 CD-ROM encartado.
- CHACKIEL, Juan. A modo de introducción y síntesis. In: AMÉRICA Latina: aspectos conceptuales de los censos del 2000. Santiago: CEPAL, 1999. 558 p. (Serie manuales CEPAL, n. 1).
- CONTRIBUIÇÃO para o estudo da demografia do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
- COSTA, C. D. A. da; PEREIRA, N. de O. M. Analfabetismo no Brasil: uma perspectiva municipal: analfabetismo municipal. In: INDICADORES sociais: uma análise da década de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. p. 297-305.
- ESTUDOS de estatística teórica e aplicada. Estatística demográfica. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, n. 1-30, 1948-1969.
- EVOLUÇÃO e características da população jovem no Brasil. In: JOVENS acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília, DF: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998.

POPULAÇÃO jovem no Brasil: a dimensão demográfica. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 55 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 3).

TENDÊNCIAS demográficas: uma análise a partir dos resultados do censo demográfico de 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1996, 49 p.

TENDÊNCIAS demográficas: uma análise dos censos demográficos e da contagem da população 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998, 28 v.

Anexo

Conceitos e definições

Apresentam-se, a seguir, os conceitos e definições utilizados na classificação das características que são objeto desta divulgação.

Domicílio

Domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal.

Os critérios essenciais desta definição são os de separação e independência.

A separação fica caracterizada quando o local de habitação é limitado por paredes, muros ou cercas, coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam, isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia.

A independência fica caracterizada quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas.

Espécie do domicílio

Quanto à espécie, classificou-se o domicílio como:

- **Domicílio particular** - quando o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência. Os domicílios particulares desagregaram-se em:

- a) **Permanente** - quando construído para servir exclusivamente à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas; e
- b) **Improvizado** - quando localizado em unidade não-residencial (loja, fábrica, etc.) que não tinha dependências destinadas exclusivamente à moradia, mas que, na data de referência, estava ocupado por morador. Os prédios em construção, vagões de trem, carroças, tendas, barracas, grutas, etc., que estavam servindo de moradia na data de referência, também, foram considerados como domicílios particulares improvisados.

Entendeu-se como dependência doméstica a situação de subordinação dos empregados domésticos e agregados em relação à pessoa responsável pelo domicílio e entendeu-se por normas de convivência as regras estabelecidas para convivência de pessoas que residiam no mesmo domicílio e não estavam ligadas por laços de parentesco nem de dependência doméstica.

- **Domicílio coletivo** - quando a relação entre as pessoas que nele habitavam era restrita a normas de subordinação administrativa, como em hotéis, pensões, presídios, cadeias, penitenciárias, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e clínicas (com internação), alojamento de trabalhadores, motéis, *camping*, etc.

População residente

A população residente constituiu-se pelos moradores em domicílios na data de referência.

Considerou-se como moradora a pessoa que tinha o domicílio como local de residência habitual e que, na data de referência, estava presente ou ausente por período que não tenha sido superior a 12 meses em relação àquela data, por um dos seguintes motivos:

- viagens: a passeio, a serviço, a negócio, de estudos, etc;
- internação em estabelecimento de ensino ou hospedagem em outro domicílio, visando a facilitar a freqüência à escola durante o ano letivo;
- detenção sem sentença definitiva declarada;
- internação temporária em hospital ou estabelecimento similar; e
- embarque a serviço (marítimos).

Situação do domicílio

Segundo a localização do domicílio, a situação é urbana ou rural, conforme definida por lei municipal em vigor em 1º de agosto de 2000. Em situação **urbana** consideram-se as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação **rural** abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Este critério também é utilizado na classificação da população urbana e rural.

a) Características dos domicílios particulares permanentes

Tipo do domicílio

Quanto ao tipo, classificou-se o domicílio particular permanente como:

- **Casa** - quando localizado em uma edificação de um ou mais pavimentos, desde que ocupado integralmente por um único domicílio, com acesso direto a um logradouro (arruamento, vila, avenida, caminho, etc.), legalizado ou não, independentemente do material utilizado em sua construção;
- **Apartamento** - quando localizado em edifício de um ou mais andares, com mais de um domicílio, servido por espaços comuns (*hall* de entrada, escadas, corredores, portaria ou outras dependências). O domicílio localizado em um prédio de dois ou mais andares em que as demais unidades não eram residenciais e, ainda, aquele localizado em edifício de dois ou mais pavimentos com entradas independentes para os andares, foram considerados como apartamentos; ou
- **Cômodo** - quando composto por um ou mais aposentos localizado em uma casa de cômodos, cortiço, cabeça-de-porco, etc.

Condição de ocupação do domicílio

Quanto à condição de ocupação, classificou-se o domicílio particular permanente como:

- **Próprio, já quitado** - quando era de propriedade, total ou parcial, de um ou mais moradores e já estava integralmente pago;
- **Próprio, em aquisição** - quando era de propriedade, total ou parcial, de um ou mais moradores e ainda não estava integralmente pago;
- **Alugado** - quando o aluguel era pago por um ou mais de seus moradores. Considerou-se também como alugado, o domicílio em que o empregador (de qualquer um dos moradores) pagava, como parte integrante do salário, uma parcela em dinheiro para pagamento do aluguel;
- **Cedido por empregador** - quando era cedido por empregador (particular ou público) de qualquer um dos moradores, ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação (condomínio, gás, luz, etc.). Incluiu-se, neste caso, o domicílio cujo aluguel era pago diretamente pelo empregador de um dos moradores do domicílio;
- **Cedido de outra forma** - quando era cedido gratuitamente por pessoa que não era moradora ou por instituição que não era empregadora de algum dos moradores, ainda que mediante uma taxa de ocupação (imposto, condomínio, etc.) ou de conservação. Incluiu-se, neste caso, o domicílio cujo aluguel era pago, diretamente ou indiretamente, por pessoa não-moradora ou por instituição não-empregadora de algum morador; ou
- **Outra condição** - quando era ocupado de forma diferente das anteriormente relacionadas. Incluíram-se, neste caso: o domicílio cujo aluguel, pago por morador, referia-se à unidade domiciliar em conjunto com unidade não-residencial (oficina, loja, etc.); o domicílio localizado em estabelecimento agropecuário arrendado; e, também, o domicílio ocupado por invasão.

Condição de ocupação do terreno

Quanto à condição de ocupação do terreno em que se localizava o domicílio particular permanente, classificou-se como:

- **Próprio** - quando o terreno ou a fração ideal do terreno (para apartamento) em que se localizava o domicílio era de propriedade, total ou parcial, de pelo menos um dos moradores;
- **Cedido** - quando o terreno em que se localizava o domicílio era cedido a pelo menos um dos moradores; ou
- **Outra condição** - quando o terreno em que se localizava o domicílio apresentava condição que não se enquadrava nos itens anteriores, inclusive o caso de invasão de terreno.

Forma de abastecimento de água

A forma de abastecimento de água do domicílio particular permanente foi classificada como:

- **Rede geral** - quando o domicílio, ou o terreno ou a propriedade em que estava localizado, estava ligado à rede geral de abastecimento de água;
- **Poço ou nascente (na propriedade)** - quando o domicílio era servido por água de poço ou nascente localizados no terreno ou na propriedade onde estava construído; ou
- **Outra** - quando o domicílio era servido de água de reservatório (ou caixa), abastecido com água das chuvas, por carro-pipa ou, ainda, por poço ou nascente localizados fora do terreno ou da propriedade onde estava construído.

Canalização de água

Pesquisou-se a existência de canalização de água para o domicílio particular permanente ou para o terreno ou a propriedade em que se localizava. Classificou-se como:

- **Canalizada em pelo menos um cômodo** - quando o domicílio era servido de água canalizada com distribuição interna para um ou mais cômodos;
- **Canalizada só na propriedade ou terreno** - quando a água utilizada no domicílio chegava canalizada à propriedade ou ao terreno em que se localizava o domicílio, sem haver distribuição interna em pelo menos um cômodo; ou
- **Não-canalizada** - quando a água utilizada no domicílio não chegava canalizada à propriedade ou ao terreno em que se localizava o domicílio ou não havia distribuição interna em pelo menos um cômodo.

Banheiro

Investigou-se o número de banheiros, de uso exclusivo dos moradores, existentes no domicílio particular permanente.

Considerou-se como banheiro o cômodo que dispunha de chuveiro ou banheira e aparelho sanitário.

Sanitário

Investigou-se a existência de sanitário, de uso exclusivo ou não dos moradores, no domicílio particular permanente ou no terreno ou na propriedade em que se localizava.

Considerou-se como sanitário o local limitado por paredes de qualquer material, coberto ou não por um teto, que dispunha de aparelho sanitário ou buraco para dejeções.

Tipo de esgotamento sanitário

O tipo de esgotamento sanitário do banheiro ou sanitário do domicílio particular permanente foi classificado como:

- **Rede geral de esgoto ou pluvial** - quando a canalização das águas servidas e dos dejetos provenientes do banheiro ou sanitário estava ligada a um sistema de coleta que os conduzia a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada;
- **Fossa séptica** - quando a canalização do banheiro ou do sanitário estava ligada a uma fossa séptica, ou seja, a matéria era esgotada para uma fossa próxima, onde passava por um processo de tratamento ou decantação, sendo, ou não, a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área, região ou município;
- **Fossa rudimentar** - quando o banheiro ou sanitário estava ligado a uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco, etc.);
- **Vala** - quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a uma vala a céu aberto;
- **Rio, lago ou mar** - quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a um rio, lago ou mar; e
- **Outro escoadouro** - qualquer outra situação não descrita anteriormente.

Destino do lixo

O destino do lixo proveniente do domicílio particular permanente foi classificado como:

- **Coletado por serviço de limpeza** - quando o lixo do domicílio era coletado diretamente por serviço de empresa pública ou privada;
- **Colocado em caçamba de serviço de limpeza** - quando o lixo do domicílio era depositado em uma caçamba, tanque ou depósito, fora do domicílio, para depois ser coletado por serviço de empresa pública ou privada;
- **Queimado (na propriedade)** - quando o lixo do domicílio era queimado no terreno ou na propriedade em que se localizava o domicílio;
- **Enterrado (na propriedade)** - quando o lixo do domicílio era enterrado no terreno ou na propriedade em que se localizava o domicílio;
- **Jogado em terreno baldio ou logradouro** - quando o lixo do domicílio era jogado em terreno baldio ou logradouro público;
- **Jogado em rio, lago ou mar** - quando o lixo do domicílio era jogado nas águas do rio, lago ou mar; e
- **Outro destino** - quando o lixo do domicílio tinha destino distinto dos descritos anteriormente.

b) Características das pessoas

Idade

A idade foi calculada em relação ao dia 31 de julho de 2000. A investigação foi feita por meio da pesquisa do mês e ano do nascimento e, também, da idade da pessoa em 31 de julho de 2000, em anos completos ou em meses completos para as crianças de menos de 1 ano. Para a pessoa que não sabia o mês e o ano do nascimento foi investigada a idade presumida.

Alfabetização

Considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecia. Aquela que aprendeu a ler e escrever, mas esqueceu, e a que apenas assinava o próprio nome foi considerada analfabeta.

c) Características das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes

No questionário da amostra a investigação do rendimento foi feita para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, e a das informações necessárias para a construção da classificação em anos de estudo abrangeu todas as pessoas; mas no questionário básico estas investigações limitaram-se às pessoas definidas como responsáveis (pelos domicílios particulares ou pelas famílias residentes em unidades de habitação em domicílios coletivos) ou como individuais em domicílios coletivos.

Os resultados envolvendo estes dados somente podem abranger o contingente investigado em ambos os questionários. Para esta divulgação os indicadores de rendimento e nível de instrução (indicado pela classificação em anos de estudo) estão apresentados para o contingente formado pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes.

Anos de estudo

A classificação de anos de estudo foi estabelecida com o objetivo de compatibilizar os sistemas de ensino anterior e atual.

Essa classificação foi obtida em função da última série concluída com aprovação no nível ou grau mais elevado que a pessoa de 10 anos ou mais de idade, responsável pelo domicílio particular permanente, estava freqüentando ou havia freqüentado, sendo a correspondência feita do seguinte modo:

- **Sem instrução e menos de 1 ano de estudo** - para a pessoa que nunca freqüentou escola ou, embora tenha freqüentado, não concluiu pelo menos a 1^a série do ensino fundamental, 1º grau ou elementar;
- **1 ano de estudo** - para a pessoa que concluiu curso de alfabetização de adultos; ou a 1^a série do ensino fundamental, 1º grau ou elementar;
- **2 anos de estudo** - para a pessoa que concluiu a 2^a série do ensino fundamental, 1º grau ou elementar;
- **3 anos de estudo** - para a pessoa que concluiu a 3^a série do ensino fundamental, 1º grau ou elementar;

- **4 anos de estudo** - para a pessoa que concluiu a 4^a série do ensino fundamental ou 1^º grau; ou, no mínimo, a 4^a série e, no máximo, a 6^a série do elementar;
- **5 anos de estudo** - para a pessoa que concluiu a 5^a série do ensino fundamental ou 1^º grau; ou a 1^a série do médio 1^º ciclo;
- **6 anos de estudo** - para a pessoa que concluiu a 6^a série do ensino fundamental ou 1^º grau; ou a 2^a série do médio 1^º ciclo;
- **7 anos de estudo** - para a pessoa que concluiu a 7^a série do ensino fundamental ou 1^º grau; ou a 3^a série do médio 1^º ciclo;
- **8 anos de estudo** - para a pessoa que concluiu: a 8^a série do ensino fundamental ou 1^º grau; ou, no mínimo, a 4^a série e, no máximo, a 5^a série do médio 1^º ciclo;
- **9 anos de estudo** - para a pessoa que concluiu a 1^a série do ensino médio, 2^º grau ou médio 2^º ciclo;
- **10 anos de estudo** - para a pessoa que concluiu a 2^a série do ensino médio, 2^º grau ou médio 2^º ciclo;
- **11 anos de estudo** - para a pessoa que concluiu, no mínimo, a 3^a série e, no máximo, a 4^a série do ensino médio, 2^º grau ou médio 2^º ciclo;
- **12 anos de estudo** - para a pessoa que concluiu a 1^a série do superior;
- **13 anos de estudo** - para a pessoa que concluiu a 2^a série do superior;
- **14 anos de estudo** - para a pessoa que concluiu a 3^a série do superior;
- **15 anos de estudo** - para a pessoa que concluiu a 4^a série do superior;
- **16 anos de estudo** - para a pessoa que concluiu a 5^a série do superior;
- **17 anos de estudo ou mais** - para a pessoa que concluiu a 6^a série do superior ou mestrado ou doutorado; e
- **Não-determinados** - para a pessoa que freqüentava ensino fundamental ou 1^º grau não-seriado.

Rendimento nominal mensal

Considerou-se como rendimento nominal mensal da pessoa de 10 anos ou mais de idade, responsável pelo domicílio particular permanente, a soma do rendimento nominal mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes.

a) Rendimento nominal mensal de trabalho - Pesquisou-se o rendimento nominal mensal do trabalho principal e dos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência, que foi de 23 a 29 de julho de 2000.

Para a pessoa que recebia rendimento fixo do trabalho, considerou-se a remuneração bruta (do empregado ou trabalhador doméstico) ou a retirada (do trabalhador por conta própria ou empregador) do mês de julho de 2000.

Para a pessoa que recebia rendimento variável do trabalho, considerou-se a média da remuneração bruta ou da retirada do mês de julho de 2000.

Para a pessoa licenciada por instituto de previdência oficial pelo trabalho, considerou-se o rendimento bruto do mês de julho de 2000, recebido como benefício (auxílio-doença, auxílio por acidente de trabalho, etc.).

Entendeu-se por remuneração bruta o pagamento do empregado ou do trabalhador doméstico, sem excluir os descontos correspondentes ao instituto de previdência oficial, imposto de renda, faltas, etc., e sem incluir o 13º salário, a gratificação de férias e a participação de lucros pagos por empregador.

Entendeu-se por retirada o ganho do trabalhador por conta própria ou do empregador com o seu empreendimento, ou seja, o rendimento bruto menos os gastos (pagamento de empregados, compra de equipamentos, matéria-prima, energia elétrica, telefone, etc.) do empreendimento.

Para a pessoa que recebia em produtos ou mercadorias de atividade do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, pesca e piscicultura considerou-se o valor, real ou estimado, referente ao mês de julho de 2000, recebido normalmente ou em média mensal, no caso de produção sazonal.

Não foi computado como rendimento do trabalho o valor da produção para o próprio consumo nem a parcela do pagamento efetuada em benefícios, tais como: moradia, alimentação (refeição, cesta de alimentos, vale ou tíquete-alimentação), vale ou tíquete-transporte, roupas, etc.

b) Rendimento nominal mensal de outras fontes - Pesquisou-se o rendimento nominal mensal de aposentadoria, pensão, aluguel, pensão alimentícia, mesada, doação recebida de não-morador, renda mínima, bolsa-escola ou seguro-desemprego, referente ao mês de julho de 2000, e, também, investigou-se o rendimento habitualmente recebido a título de abono de permanência em serviço, pensão paga integralmente por seguradora ou entidade de previdência privada aberta, juros de aplicações financeiras, dividendos, etc., referente ao mês de julho de 2000.

Entendeu-se por rendimento de:

- **Aposentadoria** - aquele recebido de instituto de previdência oficial a título de aposentadoria, jubilação ou reforma, incluindo, se for o caso, a parcela paga por entidade de previdência privada fechada como complementação de aposentadoria;
- **Pensão** - aquele recebido de instituto de previdência oficial, deixado por alguém da qual a pessoa era beneficiária;
- **Aluguel** - aquele recebido a título de locação, sublocação ou arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais, etc.;
- **Pensão alimentícia** - aquele recebido a título de pensão alimentícia, paga espontaneamente ou judicialmente;
- **Mesada** - aquele recebido, em caráter regular, sem contrapartida de serviços prestados, proveniente de pessoa não-moradora do domicílio;
- **Renda mínima** - aquele recebido de órgão governamental, com vistas a garantir um rendimento mínimo necessário à sobrevivência de uma família;

- **Bolsa-escola** - aquele recebido de órgão governamental, com vistas a garantir a permanência na escola das crianças de uma família que estejam em idade de freqüência obrigatória à escola;
- **Seguro-desemprego** - aquele recebido por dispensa de emprego com carteira de trabalho assinada e atendendo aos requisitos necessários para o recebimento deste benefício; e
- **Abono de permanência em serviço** - aquele recebido como benefício que era concedido a quem permanecia trabalhando, embora tivesse tempo de serviço suficiente para se aposentar.

Para o cálculo do valor do rendimento médio e mediano, consideraram-se somente as pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes.

Salário mínimo

Para a apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo, considerou-se o valor que vigorava no mês de referência, que foi julho de 2000. O salário mínimo era de R\$ 151,00 (cento e cinqüenta e um reais).

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Departamento de População e Indicadores Sociais

Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica

Juarez de Castro Oliveira

Gerência de Análises Estruturais e Espaciais da População

Coordenação técnica

Nilza de Oliveira Martins Pereira

Textos e análises

Claudia Bahia Araújo

Jorge da Silva

Juarez de Castro Oliveira

Luciana Martins Gomes

Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Mário Fernandes Filho

Nilza de Oliveira Martins Pereira

Valéria Martins Bourguignon Beiriz (Consultora)

Gerência de Desenvolvimento Metodológico

Edgar de Toledo Siqueira Campos

Italmar Santos de Oliveira

Marcos Ribeiro de Mattos

Paulo Roberto Voss Gen Rudolphi

Departamento de Emprego e Rendimento

Vandeli dos Santos Guerra

Departamento de Metodologia

Ari Nascimento Silva

Projeto Editorial**Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI****Coordenação**

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração / Departamento de Produção - DEPRO**Estruturação textual, e de gráficos**

Carmen Heloisa P. Costa

Beth Fontoura

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos

Cristina R. C. de Carvalho

Iaracy Prazeres Gomes

Kátia Domingos Vieira

Maria de Lourdes Amorim

Sueli Alves de Amorim

Diagramação de gráficos

Alberto Guedes da Fontoura Neto

Diagramação textual

Carlos Amaro Feliciano da Silva

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Gerência de Gráfica / DEPRO**Impressão e acabamento**

José Augusto dos Santos

Gerência de Documentação**Normalização bibliográfica e de glossário**

Ana Raquel Gomes da Silva

Aparecida Tereza Rodrigues Regueira

Diva de Assis Moreira

Gráfica Digital**Impressão**

Ednalva Maia do Monte

Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica

Síntese de indicadores sociais 1998, n. 1, 1999.

Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil, n. 2, 1999.

População jovem no Brasil, n. 3, 1999.

Síntese de indicadores sociais 1999, n. 4, 2000.

Síntese de indicadores sociais 2000, n. 5, 2001.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da Sinopse Preliminar do Censo demográfico 2000, n. 6, 2001

Mapa do mercado de trabalho no Brasil 1992-1997, n. 7, 2001.

Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 8, 2002.

Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 9, 2002.

**Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE**

www.ibge.gov.br
wap.ibge.gov.br

atendimento
0800 218181

TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS DO UNIVERSO DO CENSO DEMOGRÁFICO 2000

Apresenta dados e indicadores obtidos a partir dos resultados do universo do Censo Demográfico 2000, abrangendo informações sobre a distribuição territorial da população brasileira, estrutura etária, crescimento do contingente de idosos, evolução da alfabetização e perfil socioeconômico dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, bem como as condições de moradia e acesso aos serviços de saneamento básico desses domicílios.

O volume relativo ao Brasil apresenta os resultados em tabelas e gráficos por grandes regiões, unidades da federação e regiões metropolitanas, incluindo análises sobre as variações e tendências observadas nesses indicadores com base nos últimos censos. O volume relativo a cada unidade da federação contém a análise dos resultados obtidos para essa área geográfica, ilustrados através de gráficos. Todas essas informações estão reunidas no CD-ROM que acompanha a publicação e tabelas selecionadas estão disponíveis no portal do IBGE na Internet.

Esta publicação constitui valiosa fonte para estudiosos e pesquisadores da situação demográfica brasileira.

ISBN 85-240-255



9 788524 025525

SET